



UFPB



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

JOÃO TAVARES FERNADES

**O LEGADO DE NELSON MANDELA PARA A POLÍTICA EXTERNA SUL-
AFRICANA (1994-1999)**

**JOÃO PESSOA
2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO TAVARES FERNANDES

**O LEGADO DE NELSON MANDELA PARA A POLÍTICA EXTERNA SUL-
AFRICANA (1994-1999)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Relações Internacionais do Centro das
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal de Paraíba UFPB, como requisito
parcial para obtenção do título de bacharel
em Relações Internacionais.

Orientadora: PROF.^a DRA. MOJANA
VARGAS CORREIA DA SILVA

JOÃO PESSOA
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F3631 Fernandes, Joao Tavares.

O legado de Nelson Mandela para política externa
Sul-Africana (1994-1999) / Joao Tavares Fernandes. -
João Pessoa, 2021.

86 f. : il.

Orientação: Mojana Vargas Correia Da Silva.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. África do Sul. 2. Apartheid. 3. Democracia. 4.
Nelson Mandela. 5. Política Externa. I. Silva, Mojana
Vargas Correia da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

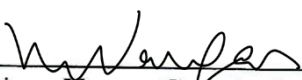
JOÃO TAVARES FERNANDES

**O LEGADO DE NELSON MANDELA PARA POLÍTICA EXTERNA SUL
AFRICANA (1994-1999)**

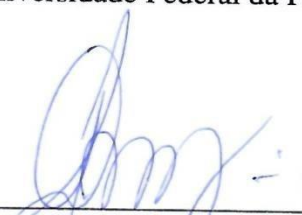
Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

João Pessoa, 19 de julho de 2021

BANCA EXAMINADORA



Profa. Mª. Mojana Vargas Correia da Silva – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Alfa Oumar Diallo
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Prof. Dr. Élio Chaves Flores
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Tantos foram os que de certa forma contribuíram para a realização deste trabalho, que ao externar meu sentimento de gratidão, receio não fazer *jus* ao crédito que tanto merecem. Ciente disso, ousou, portanto, expressar meu reconhecimento a estes indivíduos, e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como uma instituição que acolheu a realização deste sonho.

Agradeço à minha orientadora Prof^a. Dra. Mojana Vargas, pela dedicação, paciência, compreensão e pela sua contribuição acadêmica, item fundamental para edificação desta obra.

Aos meus familiares, que me deram muitas forças e coragem para vencer todos os desafios e dificuldades encontradas durante o curso e a todos aqueles que estiveram comigo durante diversos momentos desta árdua caminhada.

À Jaquiline da Silva, por ter acreditado na possibilidade da realização deste trabalho, também pelo seu incansável e permanente encorajamento. Pela disponibilidade dispensada e sugestões que foram preciosas para a concretização desta monografia.

Aos meus pais, e a minha madrasta. Aos meus irmãos, primos e amigos, e especialmente, a meu tio Manuel Victor Freire Monteiro e minha avó Paulina Freire Monteiro que não se encontra presente neste mundo, mas tenho absoluta certeza que está comigo, ambos realizaram papéis muito relevantes em todo processo de minha formação acadêmica e também na vida como ser humano. Nesta esfera, estendo os meus votos de agradecimentos a minha prima Mafalda, Vanilza e Joana pelos incentivos, aprendizados e pela vossa positividade. Também gostaria de prestar os votos de agradecimentos à Cisa, Dona Vanda e Edilson pelas suas significativas contribuições, sobretudo nos momentos mais difíceis da minha vida. Enfim, aos meus ilustres amigos, Alcindo, Valdemar e Josimar, que sempre souberam endereçar sábios conselhos e palavras de força e incentivo que foram cruciais neste processo. Com todos vocês, compartilho a realização deste sonho que é, e sempre será um marco na minha vida.

A todos amigos e colegas dessa instituição (UFPB) que me fizeram alcançar este objetivo. Aos meus amigos e colegas de turma que foram excelentes companhias, durante este período único de aprendizado. Não posso me esquecer do mais ilustre de todos, o amigo e companheiro de todas as batalhas, Daniel Garcia, a quem eu serei

grato pela parceria que teve grande impacto neste processo de formação como acadêmico e como Ser Humano.

Agradeço aos meus professores pelos ensinamentos, sem os quais teria sido, praticamente, inconcebível a realização deste objetivo.

“Eu fui feito, pelas leis, um criminoso. Não pelo o que eu fiz, mas pelo que lutei, pelo que eu pensei, por causa da minha consciência”

Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar os legados deixados por Néelson Mandela para a política externa sul-africana durante seu mandato como Presidente da República entre os períodos de 1994-1999. A era de Nelson Mandela foi marcada por diversos acontecimentos importantes. Foi o primeiro governo democrático da história da África do Sul e chefiado por um homem negro. A gestão de Madiba (apelido sob o qual Nelson Mandela era conhecido) reapproximou e criou fortes contatos da República da África do Sul (RAS) com a comunidade internacional e, principalmente, com o continente africano na região da África Austral. A sua figura ajudou muito a melhorar a imagem do país, por conta dos seus prestígios (pacifismo, carisma). Quando Mandela assumiu o poder, a política externa sul africana ganhou outro sentido, ela deixou de ser isolacionista, como era durante o período do regime *apartheid* e tornou-se mais pragmática e ativa. A política externa sul-africana na era Mandela foi pautada, no universalismo, multilateralismo, questão ambiental e principalmente, questões dos direitos humanos, que ele considerava muito importantes para a democracia. Durante seu mandato, Mandela estabeleceu contatos com vários Estados, entre os quais Estados Unidos da América (EUA), Rússia, Europa, Angola, Cuba, Zimbabué e Irã etc. A sua política externa foi alvo de críticas por manter relações com países considerados violadores dos Direitos Humanos (Irã, Líbia, Zimbabué etc.), e por algumas intervenções militares mal sucedidas no continente africano para resolução de conflitos. Para cumprir o objetivo, o presente trabalho foi dividido em três capítulos, no primeiro, foi apresentada a evolução histórica do país desde a chegada e domínio dos europeus, na segunda parte foram abordados aspectos relacionados com a criação do regime *apartheid*, até sua destituição. No terceiro momento, tratou-se da primeira eleição democrática multirracial, e principalmente a política externa sul-africana durante as gestões de Nelson Mandela, que é o enfoque principal deste estudo.

Palavras-chave: África do Sul. *Apartheid*. Democracia. Nelson Mandela. Política Externa.

ABSTRACT

The present work aims to study the legacies left by Nelson Mandela for South African foreign policy during his term as President of the Republic between the periods of 1994-1999. Nelson Mandela's era was marked by several important events. It was the first democratic government in South Africa's history and headed by a black man. Madiba's management has re-approached and created strong contacts between the Republic of South Africa (RSA) and the international community, mainly with the African continent, in the Southern Africa region. His figure helped a lot to improve the image of the country, due to his prestige (pacifism, charisma). When Mandela assumes power, South African foreign policy takes on another meaning, it ceases to be isolationist, as it was during the period of the apartheid regime and becomes more pragmatic and active. South African foreign policy in the Mandela era was based on universalism, multilateralism, environmental issues and, above all, human rights issues, which he considered very important for democracy. During his tenure, Mandela established contacts with several states, including the United States of America (USA), Russia, Europe, Angola, Cuba, Zimbabwe and Iran etc. Its foreign policy has been criticized for maintaining relations with countries considered to be human rights violators (Iran, Libya, Zimbabwe etc.), also for some unsuccessful military interventions on the African continent, to resolve conflicts. To fulfill the objective, the present work was divided into three chapters, in the first one, it was presented, the historical evolution of the country, the arrival and domination of the Europeans, in the second part, aspects related to the creation of the apartheid regime, until its removal. In the third moment, the first multiracial democratic election, and mainly the South African foreign policy during the mandates of Nelson Mandela, which is the main focus of this study, was approached.

Keywords: South Africa. Apartheid. Democracy. Nelson Mandela. Foreign policy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS EM EDUCAÇÃO NOS GOVERNOS SUL-AFRICANOS NO APARTHEID	33
FIGURA 2 - TOTAL DA POPULAÇÃO E PERCENTAGEM DE CADA RAÇA	44
FIGURA 3- RESULTADO DE ELEIÇÕES DE 1994	54
FIGURA 4 - PERCENTUAL DE VOTOS AFERIDOS NA ELEIÇÃO PELO ANC.....	55
FIGURA 5 - PERCENTUAL DE VOTOS AFERIDOS NA ELEIÇÃO PELO NP.....	55
FIGURA 6 - RESULTADOS S DO RDP 1994-2000	59
FIGURA 7 - COMPARAÇÃO RACIAL DAS CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS.....	60
FIGURA 8 - COMPARATIVO PRODUTO NACIONAL BRUTO EM 1992.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS

AGNU- Assembleia Geral das Nações Unidas
AIEA- Agência Internacional de Energia Atômica
ANC- African National Congress
CEA- Comissão Econômica para África
CEE- Comunidade Econômica Europeia
CPC- Coloured People's Congress
CS- Conselho de Segurança
CVR- Comissão Da Verdade e Reconciliação
DFA- Departamento de Assuntos Exteriores
DIRCO- Departamento de Relações Internacionais e Cooperação
DOD- Departamento de Defesa
DTI- Departamento de Comércio e Indústria
ELF- Estados de Linha de Frente
EUA- Estados Unidos da América
ETN- Estratégia Total Nacional
FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura
FMI- Fundo Monetário Internacional
GEAR- Growth Employment And Redistribution
IGD- Institute for Global Dialogue
ISS- Institute for Security Studies
MNA- Movimentos dos Países Não Aliados
MK- Umkhonto We Size
NP- National Party (Partido Nacional)
OIT- Organização Internacional Do Trabalho
OMS- Organização Mundial De Saúde
ONG- Organização Não Governamental
ONU- Organização Das Nações Unidas
OUA- Organização da Unidade Africana
PAC- Pan Africanist Congress
RAS- República da África do Sul
RDC- República Democrática do Congo
RPC- República Popular da China

SACPO- South African Coloured People's Organization
SACU- Southern African Customs Union
SADC- Southern African Development Community
SADCC- Southern African Development Coordination Conference
SAIIA- South African Institute of International Affairs
SANDF- South African Defense Force
SSC – State Security Council
UA- União Africana
UDF- United Democratic Front
UE- União Europeia
UNESCO- Organização das Nações para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VOC- Verenigde Oostindisch Compagnie

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
2.	METODOLOGIA	19
3.	A HISTÓRIA DA ÁFRICA DO SUL	20
3.1	A Colonização Europeia.....	20
3.2	As Resistências dos Nativos Contra os Colonos	23
3.3	A Instalação da Grã-Bretanha no Cabo.....	24
3.4	As Guerras dos Colonos: Bôeres versus Britânicos.....	26
3.5	Da Colônia para Fundação da União Sul-Africana	27
4.	A ORIGEM E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME <i>APARTHEID</i>	28
4.1	A Era Segregacionista	28
4.2	Fundação do Regime Racista e Separatista, <i>Apartheid</i>	29
4.3	As Lutas Antirracistas Contra o Sistema Opressor: <i>Apartheid</i>	34
4.4	O Declínio do Regime <i>Apartheid</i>	37
4.5	O Início das Negociações: A Era Frederik Willem De Klerk	45
4.6	A Política Externa Sul-africana Durante o Regime <i>Apartheid</i> (1948-1993)...	47
4.7	Nelson Rolihlahla Mandela.....	51
5.	A Política Externa Sul-africana na Era Mandela (1994-1999)	53
5.1	As Primeiras Eleições Democráticas Multirraciais Sul-africana.....	53
5.2	Os desafios Internos da África do Sul pós <i>Apartheid</i>	56
5.3	A União do País através da Criação da Comissão da Verdade e Reconciliação	61
5.4	De Volta a Arena Internacional: A Era Mandela	63
5.5	As Intervenções Sul-Africana no Continente	75
5.6	A Reaproximação da África do Sul com os EUA	77
5.7	A Escolha Difícil de Mandela: China ou Taiwan.....	78
5.8	O Relacionamento com União Europeia, e com Países Considerados Inseguros	

no Sistema Internacional	80
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
7. REFERÊNCIAS	84

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o legado da política externa sul-africana sob administração do presidente Nelson Mandela nos períodos de 1994-1999. Na primeira parte do trabalho, a ênfase será voltada para os principais eventos que compõem a história do país, a sua localização geográfica, a chegada dos colonizadores europeus, a dominação da população nativa (negros), a criação do regime de separação racial (*apartheid*) e seu fortalecimento, e as lutas, greves, manifestações que impactaram o regime e levaram a sua queda.

A África do Sul é um país marcado por diversas questões, históricas, políticas, sociais e culturais, que marcaram muito a sua história. Localizada na parte sul do continente africano entre os oceanos Atlântico e Índico, a África do Sul é conhecida por suas biodiversidades e pela diversidade cultural, linguística e religiosas. Segundo Visentini e Pereira (2010) em 1652, um século e meio após a descoberta da Rota Marinha do Cabo, a Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundou um posto de abastecimento que mais tarde viria a ser a cidade do Cabo. Mas, com o passar do tempo, os britânicos suplantaram o poder dos holandeses e detiveram o controle da cidade, a qual tornou-se colônia britânica nos anos de 1806.

Visentini e Pereira (2010), apontam que a África do Sul é um país detentor de enormes recursos naturais. Conforme os autores, as descobertas desses recursos (minas de diamantes e ouros) desencadearam conflitos entre os colonizadores, culminando com a Guerra dos Bôeres, quando os Bôeres e os britânicos travaram batalhas pelas riquezas do país. Com a vitória dos ingleses, a África do Sul tornou-se parte do império colonial britânico.

No decorrer dos anos de colonização holandesa e britânica, a segregação racial era essencialmente informal, apesar de algumas leis terem sido promulgadas com intuito de controlar o abastecimento e a livre circulação da população nativa. Após a independência, obtida em 1931, o governo formado pelo Partido Nacional alterou a política em relação aos sul-africanos negros, com a institucionalização do regime de *Apartheid* em 1948. O Partido Nacional e o Partido Sul-Africano eram apoiados pela população de origem inglesa e pelos descendentes dos colonizadores holandeses, os *africaners*. Esse regime tinha como ideologia, a supremacia da raça branca em relação às demais raças, principalmente a raça negra. O regime criava barreiras para que a raça negra não ascendesse social e economicamente (VISENTINI e PEREIRA, 2010).

Durante o *Apartheid*, foram estabelecidas categorias de estratificação racial (brancos, pessoas de cor e negros), com direitos e restrições específicos a cada categoria. Nesse período,

várias leis foram implementadas, com intuito de organizar a sociedade sul-africana segundo seus critérios: A Lei de Registro da População de 1950, que controlava as populações, atribuindo cada a um ao seu devido grupo social; Lei de Casamentos Mistos, que proibia casamentos entre pessoas de cores diferentes; Lei da imoralidade das Relações Sexuais, que considerava imorais as relações sexuais heterossexuais entre pessoas segundo a cor de pele dos indivíduos, Leis de Passes e Documentos, todos os africanos negros eram obrigados a andar com um documento, nos qual, o histórico de seus empregos e de residência fossem anotados (VISENTINI E PEREIRA, 2010).

A introdução do regime fez com que as escolas destinadas à população negra fossem completamente desorganizadas, e grande parte dos cidadãos negros não tinha acesso às escolas. Os autores citam que apenas 30% das crianças tinham acesso a escolas, mas a educação africana estava sob controle do regime. A escola foi usada para difundir os ideais e mensagens do regime de segregação racial.

Para manter o regime mais forte, foi adotada em 1953 uma nova constituição que viesse a garantir uma política de direitos limitados para os cidadãos não brancos, ou seja, esses cidadãos eram excluídos do exercício dos direitos políticos e civis e não tinham direito de voto nem representação parlamentar. Existiam na África do Sul vários movimentos que faziam oposição ao regime. O African National Congress (ANC) foi criado em 1912 (Congresso Nacional Africano - (CNA), primeira organização política dos sul-africanos negros. Essa organização presava por uma estratégia de resistência pacífica, constituindo uma frente antirracista contra o regime. Esse movimento era liderado por Nelson Mandela e Oliver Tambo. Com passar do tempo o regime *apartheid*, foi se enfraquecendo devido às revoltas, greves realizadas pela população que não se beneficiava desse sistema, por outro lado, o mundo começou a isolar-se da África do Sul, vários países começaram a acatar a proposta de sanções econômicas, e como consequência, surge a crise econômica que afetou muito o regime.

Como descreve Braga (2011) houve um boicote global à África do Sul, que impactou muito no seu setor econômico, atingindo também a sua política. No ano de 1990, sob a liderança do presidente F.W. de Klerk, o governo sul-africano começou a dismantelar o sistema segregacionista, Nelson Mandela foi libertado e iniciaram-se negociações entre os representantes de todas as comunidades, com finalidade de construir uma constituição democrática, que marcaria o fim de uma era tenebrosa na África do Sul, iniciada em 1948 e terminada no começo da década de 90.

Na última parte, analisarei, a primeira eleição democrática e multirracial, que culmina com a chegada de Nelson Mandela ao poder, e os seus legados para a política externa do país durante seu mandato.

Como é sabido, Nelson Mandela é uma das figuras mais importantes do seu país, por conta das suas lutas pacíficas contra o regime opressor que reinou na África do Sul, Mandela sempre procurou resolver o problema do seu país por vias de diálogo.

No ano de 1994 foram realizadas eleições na África do Sul, o Congresso Nacional Africano (ANC) ganhou as eleições e Nelson Mandela, tornou-se o primeiro presidente sul-africano negro. A eleição de Nelson Mandela foi um marco histórico para a África do Sul, o país transitou de um regime opressor para o regime democrático. Quando Mandela assumiu a direção da África do Sul, a política externa do país ganhou novos contornos, África do Sul deixou de ser um país isolado, abrindo-se caminho para novas relações a nível global. Quando Mandela assumiu o poder, o mundo passou a ver a África do Sul com outros olhos. Em seu percurso como presidente, Mandela trabalhou no sentido de levar o país ao desenvolvimento.

Como já foi mencionado, a política externa sul-africana ganhou outro sentido quando Mandela chegou ao poder. No regime *apartheid*, a política externa era isolada, o regime estava preocupado apenas com questões internas, a única relação que o regime *apartheid* mantinha com alguns países era apenas comerciais. A política externa na era *apartheid* não tinha muita relevância, na medida em que, o regime estava preocupado com a manutenção do poder.

Contrariando o regime *apartheid*, Nelson Mandela mudou a política externa sul-africana. A eleição de Nelson Mandela foi fundamental para a história da África do Sul, ela marca o fim do regime opressor e abre caminho para um regime mais inclusivo, a política externa sul-africana ganha novos contornos no continente africano, e também no sistema internacional. A figura de Nelson Mandela como líder teve muita relevância na política externa da África do Sul, quando ele assumiu o controle, o país ganha novos *status* na seara internacional, a política externa torna-se mais pragmática e ativa.

Durante sua gestão, Mandela manteve relações com vários Estados, como por exemplo, os Estados Unidos da América (EUA), União Europeia, Cuba, Irã, Líbia, Angola etc. Considerando essa dinâmica produzida por Mandela nas relações internacionais, a pesquisa pretende investigar: **Quais foram os legados (contribuição) deixados por Nelson Mandela para a Política Externa Sul-africana durante seu mandato (1994 – 1999)?**

De acordo com os autores Brites e Padilha (2017) e Rizzi e Schultz (2014), é possível, frisar que quando Nelson Mandela chega ao poder, a política sul-africana ganharia novos contornos, África do Sul passa a ser inserido no sistema internacional, após o fim do regime *Apartheid*. Mandela teria trazido consigo, um novo paradigma, para política externa da sul-africana. Em seu governo, a África do Sul tornou-se um país repleto de ambições tanto no âmbito interno, como no externo. Os autores consideram que Mandela deu continuidade e consolidou alguns projetos que já vinham sendo desenvolvidos no final do regime *apartheid*.

África do Sul, passaria a ter um dos principais focos de ação nos países do continente, dando mais prioridade às relações regionais com o continente africano. Para Brites e Padilha (2017), com a chegada de Mandela ao poder, a política sul-africana, seria mais evoluída, e teria mais autonomia, para realização dos seus objetivos para o desenvolvimento da África do Sul. O país começou a ser visto por outros países com um olhar diferente do regime *apartheid*.

2. METODOLOGIA

Considerando o objetivo da investigação trata-se de um estudo de caráter exploratório, conforme Gil (2008 p.27), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. (...) Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Nesta perspectiva Gil (2008 p.27), adverte ainda que, muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizado

E em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, por meio do qual foi realizado um levantamento, sobre os principais conceitos do objeto da pesquisa, nos livros, periódicos, site e revistas eletrônicas que tratam da formação e da política externa sul-africana, sobre a administração de Nelson Mandela. Os principais autores que

deram sustentação ou contribuíram até esse momento para realização da construção desta proposta de pesquisa foram, Kamilla Raquel Rizzi e Nathaly Xavier Schütz (2014), Pedro Vinícius Pereira Brites e Yuri Debrai Padilha (2017 e 2019), Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Danilevich (2010). Foi com base na explanação destes autores, que se nortearam as diretrizes e os principais conceitos abordados. Para corroborar a pesquisa bibliográfica foram feitas análises das fontes primárias dos documentos e declarações oficiais dos governos de Mandela e seus discursos nas organizações internacionais.

Assim, foram proferidas buscas nas bases de dados, tais como: Scielo, Google Acadêmico, Portal Capes, Revista de Estudo Africanos e biblioteca de dissertações e teses, e em alguns sites oficiais da África do Sul. Gil, (1999), explica que, (...) grande parte dos estudos exploratórios é desenvolvida a partir de fontes bibliográficas e são importantes para o surgimento de novos caminhos para as pesquisas empíricas, permitindo ao pesquisador cobrir uma gama maior de fenômenos. Em relação a sua natureza, trata-se de uma pesquisa básica e em relação à perspectiva temporal, trata-se de um corte transversal (*cross sectional*).

3. A HISTÓRIA DA ÁFRICA DO SUL

3.1 A Colonização Europeia

O continente africano é conhecido pelas suas multiplicidades e diversidades, composta por inúmeras tradições culturais, variedades linguísticas e por grande número de povos, muitos deles organizados em tribos ou etnias, cada um com seu modo de viver. A sua história é também marcada por invasões e domínios dos europeus por vários séculos. Para Pereira (2012), os primeiros contatos dos europeus com a África do Sul se deram através dos navegadores portugueses, que buscavam instaurar uma rota marítima para as Índias. Os portugueses firmaram seu primeiro posto na Ilha de Santa Helena, abrindo caminho para outros países europeus (Inglaterra e Holanda) que chegarem à África do Sul. Segundo Ribeiro e Visentini (2010), com o passar do tempo, os holandeses passaram a disputar com os portugueses o controle do tráfico marítimo da região do Cabo da Boa Esperança, atual cidade de Cabo. No início do século XVII, a companhia Holandesa das Índias Orientais derrotou os portugueses e dominou a região.

Para Branco (2003), o objetivo do Verenigde Oostindisch Compagnie (VOC), companhia Holandesa das Índias Orientais era de criar um posto de abastecimento de produtos (água, alimentos etc.) e mão de obras que os ajudassem nas suas instalações e viagens marítimas de idas e voltas para as índias. Grande parte dos produtos eram adquiridos através de trocas com as populações que habitavam a região.

Para o autor, a ideia inicial da VOC era a de que a cidade do Cabo fosse apenas um ponto de apoio às frotas, não sendo sua intenção colonizar a região. O número de empregados brancos deveria ser o mínimo indispensável e o contacto com as populações locais, *Khoisan*, deveria ser o menor possível.

Na visão de Branco (2003), a ideia inicial dos holandeses esbarrou em circunstâncias adversas na medida em que:

Os colonos necessitavam dos *Khoisan* para obter alimentos frescos, carne e mão-de-obra para a construção de habitações e armazéns. Porém, os *Khoisan* começaram a recusar-se a trabalhar para os holandeses, devido aos baixos salários e às duras condições, negando-se também a vender os seus produtos devido ao baixo preço oferecido. Esta situação obrigou à importação de mão-de-obra¹ para fazer face às necessidades. (BRANCO, 2003, p.15)

Com o passar do tempo, vários navios começaram a se abastecer em Cabo, e com eles desembarcaram grandes quantidades de população europeia que viria habitar na cidade, aumentando o número de colonos nessa cidade (BRANCO, 2003). Nessa perspectiva, o autor sugere que, para manter os novos residentes na região, era necessário o aumento de produções locais, que por sua vez, originaram nas ocupações de mais terras. Essas ocupações pelos colonos puseram em risco os interesses dos nativos, que foram forçados a abandonar suas terras. Esse problema desencadeou conflitos entre os colonos e a população nativa (os *Khoisan*), que se viram ainda infectados pelas doenças trazidas pelos europeus, que provocaram destruição em massa da população nativa (BRANCO, 2003).

Entre 1673 e 1677, registaram-se vários conflitos entre os holandeses e os *Khoisan*, tendo os Holandeses como vencedores em virtude da sua superioridade a nível de armamentos e também devido às intervenções feita junto dos *Khoisan*, que lhes permitiu explorar desentendimentos existentes. Na sequência destes conflitos, o autor destaca que:

a sociedade *Khoisan* na zona do Cabo desintegrou-se. Muitos *Khoisan* acabaram por ir trabalhar para as fazendas dos brancos e outros, que se recusaram a fazê-lo, acabaram por abandonar a região, deslocando-se para norte. O golpe final foi dado em 1713, quando um navio holandês trouxe sarampo entre os seus passageiros, doença desconhecida na região e que dizimou grande parte da população *Khoisan*. (BRANCO, 2003, p.15).

Diante desse contexto, a população europeia começou a crescer rapidamente, os colonos começaram a dominar quase todos os pontos mais importantes da região. Segundo Pereira (2012), em 1688 a cidade do Cabo recebeu quase duzentos colonos huguenotes (belgas e franceses) que fugiram das perseguições religiosas holandesas. Os novos colonos que chegaram ao Cabo passaram a formar um sexto dos colonos da cidade. Com eles vieram novas técnicas de agricultura, como cultivo de vinho. O uso das suas línguas oficiais (francês) foi desestimulado, os novos residentes adotaram o holandês como sua primeira língua para facilitá-los no processo de integração, que se deu de forma muito rápida e fácil. “Em finais do século XVII, já havia cerca de 1.500 europeus na zona do Cabo, dedicando-se, na sua esmagadora maioria, à criação de gado e à agricultura, atividades que requerem cada vez mais terras” (BRANCO, 2003, p.16).

Na medida que a população branca crescia, cresciam também as suas necessidades. Como forma de atender seus problemas, os colonos começaram a adquirir escravos para responder às suas demandas.

O primeiro lote de escravos foi adquirido em 1658. Trazidos das Índias Orientais, Holandesas como prisioneiros ou reféns, eles formaram o núcleo de comunidade malai no Cabo. Outros escravos vieram do leste da África, logo excedendo o número de brancos (PEREIRA, 2012, p.35).

A chegada dos europeus no Cabo aumentou muito os números da população branca, despertou afeição de identidades e interesse em comum, abrindo caminho para o nascimento de um novo povo dentro da África do Sul, os Bôeres. Para Visentini, Ribeiro e Pereira (2012), à medida que os colonos aumentavam os números de sua população e o domínio da região, estes não se consideravam europeus, mas sim africanos (Bôeres) e viam o continente africano como sua casa.

Segundo Branco (2013), enquanto o Cabo era tomado aos poucos pelos colonos, a Europa estava mergulhada na guerra napoleônica, cujos efeitos se fizeram sentir além do solo europeu. Com medo de que o porto estratégico *Table Bay* fosse tomado por Napoleão Bonaparte, a Grã-Bretanha ocupou o Cabo, com intuito de defender seus interesses, viagens marítimas para a Índia. Foram enviados soldados para regular os bôeres e proteger as fronteiras, mas sem a pretensão de manter um domínio no Cabo. Assim como a companhia holandesa, os britânicos visam o Cabo apenas como um ponto estratégico para seus interesses, mas com passar do tempo os britânicos mudaram de ideia e passaram a focar na criação de estruturas para sua manutenção e revolvimento naquele solo africano, afastando os holandeses e

assumindo o controle do Cabo e do território que hoje é demarcado como República Sul-Africana.

3.2 As Resistências dos Nativos Contra os Colonos

A partir do momento em que a população branca avançava seu domínio no Cabo, as populações nativas também começaram a mudar suas estratégias perante a expansão dos colonos. Segundo Pereira (2012) sentindo-se ameaçados a população nativa começou a lutar com intuito de salvaguardar as propriedades que ainda restavam, que eram seus meios de sobrevivência. Em pouco tempo de batalha a população nativa via seus números de combatentes reduzir muito rápido, por conta da elevada superioridade das armas dos seus adversários e devido às doenças que os colonos trouxeram para o Cabo, epidemia de varíola, que contribuíram ainda mais para redução drásticas da população nativa.

Para Pereira (2012), as populações nativas dispunham de técnicas de lutas rudimentares, através dos quais não se podia esperar melhores resultados diante dos adversários (holandeses), os quais dispunham de técnicas avançadas de guerrilhas. Neste sentido, os meios e as técnicas utilizadas por povos nativos, não produziam bons resultados, face à superioridade dos colonos. Para além disso, não existia união entre os nativos, cada um defendia-se individualmente, ou seja, a falta de coordenação entre povos nativos na luta contra os invasores produziu resultados catastróficos contra os nativos. Tais resultados foram desastrosos para os Khoi, assim como para a maioria dos nativos pelo fato de estarem:

Divididos em diversas aldeias significava a impossibilidade de resistência em grande escala. Cada aldeia agia separadamente diante da ameaça. Com o enfraquecimento da sociedade Khoi, os chefes restantes se tornaram clientes da colônia” (PEREIRA, 2012, p. 38-39).

Encontrando pouca resistência e falta de organização dos nativos, os invasores continuam a avançar sem grandes dificuldades. De acordo com Pereira (2012), os colonos iniciaram várias expedições provocando grandes números de mortos. Os nativos sobreviventes foram feitos prisioneiros e depois transformados em força de trabalho. No ano de 1778 os Khoisan haviam praticamente sumido da região, os poucos que sobreviveram foram transformados em escravos.

Em contrapartida, o domínio dos Colonos (Bôer) aumentava cada vez mais na região do Cabo, face à destruição dos nativos. Para Pereira (2012), os bôeres estavam dispostos a manter o status no Cabo, a sua expansão abriu caminho para absorção de mais terras para o

aumento da agricultura e utilização da mão de obra nativas para todos os seus serviços. A tendência de superioridade dos invasores em relação aos nativos por conta da raça, já era visível. No final do século XIX, os bôeres tornaram-se Africânderes, instituíram língua africânderes que se originou do holandês, como é apontado por Pereira (2012), os colonos identificavam-se como “brancos nativos da África”, conforme o autor, é importante frisar que os mesmos descendiam na sua maioria de imigrantes holandeses, em seguida franceses e alemães.

Para Visentini, Ribeiro e Pereira (2012), uma vez consolidado o *status* no Cabo, os bôeres começaram a implantar medidas que separavam as raças. Uma delas foi a proibição de casamentos de pessoas de cores diferentes, por conta da mestiçagem que crescia muito na cidade, gerando outros grupos de pessoas, os *grikuas* (mestiços ou coloureds). Face a essa situação, a questão da raça se transformou em critérios para obtenção das propriedades (terra e animais).

3.3 A Instalação da Grã-Bretanha no Cabo

Assim como os holandeses, os ingleses tiveram posteriormente a intenção de expandir seus domínios para além da cidade de Cabo, descartando a ideia inicial de ocupação apenas como um ponto de abastecimentos para seus navios. Para Visentini, Ribeiro e Pereira (2012), os britânicos queriam dominar a região, instalando uma burguesia inglesa com autonomia e com contatos econômicos com a Grã-Bretanha. Para colocar os seus planos em ação, os britânicos tinham que enfraquecer os *status* que os bôeres ocupavam na região. De acordo com Pereira (2012), para manter o domínio do Cabo, os britânicos derrotaram a companhia holandesa das Índias Orientais, instalando sua própria companhia. Assim que os britânicos se instalaram no Cabo, um dos seus primeiros feitos, segundo Branco (2003), foi a criação de uma legislação discriminatória, com intuito de forçar a população negra livre a trabalhar por um salário extremamente baixo. Então, foi criado

O código *Hottentot* de 1809 exigia que todos os negros tivessem consigo, permanentemente, um passe identificando a sua morada e o nome do seu patrão. Pessoas sem passe podiam ser obrigadas a trabalhar para patrões brancos. Estas medidas discriminatórias deviam-se mais a razões econômicas do que a razões de índole racial (BRANCO, 2003, p.18).

Para Branco (2003), assim, como holandês, os colonos britânicos começaram a sua fase de expansão, a busca pelas terras, atacando populações nativas, forçando-as a deixarem suas terras e procurar outros lugares para habitarem. Segundo Ribeiro e Visentini (2010), em 1828,

os britânicos publicaram a lei de igualdade racial e em 1833 proibiram a escravidão, essa decisão gerou forte impacto na colônia do Cabo, uma vez que os bôeres e os colonos britânicos dependiam muitos dos trabalhadores escravos. A abolição da escravidão agravou o relacionamento entre os colonos (ingleses e bôeres). Para piorar ainda mais a situação, Branco (2003), explica que, um grupo de missionários britânicos, que contava com aval da Grã-Bretanha, fizeram duras críticas aos bôeres, pela forma como eles tratavam os seus trabalhadores nativos e também ao código *hottentot*, introduzido na colônia pelos próprios britânicos. Perante essa situação foi criado um tribunal com objetivo de averiguar as formas como eram tratados os nativos na colônia. Os bôeres viram a criação do tribunal como uma grande ofensa, uma vez que eles consideram as populações nativas como inferiores, e não poderiam receber esses cuidados, porque era contrário às leis de Deus.

Para escapar da autoridade do governo britânico, a maior parte da população bôeres iniciou uma enorme migração que ficou conhecido como, Grande Trek, este descolamento visava chegar em uma zona de extensas terras férteis, mas a zona que viera a ser o futuro lar dos bôeres já era habitada por zulus e outros grupos, que ofereceram poucas resistências aos bôeres e foram derrotados.

Nascia, assim, o nacionalismo *afrikaaner*. Em 1842, eles criaram o Estado Livre de Orange, e, em 1852, a República de Transvaal (depois, República Sul-Africana), no planalto do nordeste da atual África do Sul. Estes Estados eram baseados numa legislação racista (VISENTINI, RIBEIRO e PEREIRA, 2012, p.63).

Segundo Branco (2003), as descobertas dos metais preciosos atraíram muitos interesses, diante dessa situação a Grã-Bretanha moveu-se rapidamente para apoderar das áreas ricas em minerais, ignorando as insatisfações dos bôeres. A indústria de diamantes transformou-se no principal meio de receitas no Cabo, instigando o desenvolvimento da economia local provocando aumento de imigrantes europeus na região. O descobrimento de metais preciosos enriqueceu muitos colonos ingleses, que passaram a ter o domínio de explorar essas regiões.

Para Branco (2003), além de gerar muitos lucros, as descobertas de ouro e diamantes careciam mais de mão de obra, diante dessa situação, os ingleses começaram a listar mão de obra de toda a região da África Austral. Com intuito de obter mais lucros, os proprietários das minas começaram a buscar formas para diminuir os ganhos dos trabalhadores africanos. Segundo Branco (2003), os donos das minas convenceram o poder britânico na região a criarem em 1872 a lei dos Passes (*Pass Law*), que abriu caminho para nascimento do *apartheid*. Essa lei era um documento que permitia ao trabalhador trabalhar legalmente ao mesmo tempo em que regulava sobre a permanência ou não na cidade e ainda sobre o impedimento dos

trabalhadores (negros) a questionarem seus contratos. Foi criado também, tribunais separados, que julgavam indivíduos conforme a sua raça, e estabeleceram-se zonas urbanas destinados apenas aos trabalhadores negros, dando início ao processo de segregação das áreas de residências.

À medida que as indústrias minerais cresciam, os números de trabalhadores cresciam também, os donos das minas articulavam medidas para manter salários baixos, com intuito de aumentarem seus lucros. Para Branco (2003), as descobertas de riquezas na colônia, fizeram com que os britânicos comessem a expedição de ocupação de mais terras, travando batalhas e derrotando com muita facilidade os nativos, *zulus*, *griquas*, *tswanas*, *xhosas*, subjugando a maioria da população nativa. Essa batalha resultou no aumento do poder dos britânicos, deixando a população nativa sem suas terras e obrigando-os a trabalhar nas minas ou fazendas.

3.4 As Guerras dos Colonos: Bôeres versus Britânicos

As descobertas de riquezas naturais e a expansão dos interesses britânicos na colônia não trouxeram problemas somente para os nativos, os bôeres também se sentiram prejudicados pelos avanços e domínio dos britânicos. Mas, o principal fator que contribuiu para o antagonismo entre os bôeres e os britânicos foram as descobertas dos diamantes e ouro, e a vontade dos britânicos de controlar toda a Colônia.

Segundo Pereira (2012), para iniciar o conflito, os britânicos utilizaram o argumento que os seus cidadãos estavam a ser prejudicados pelos bôeres. Diante da situação, o governo britânico enviou soldados para a região, dando início à Guerra. O primeiro conflito dos bôeres contra britânicos ocorreu entre 1880 e 1881 com a vitória dos bôeres, mantendo-se a independência do Transvaal.

Branco (2003), explica que, diante dessa derrota, os britânicos enviaram um número maior de tropas para a região, mais bem equipados, com intuito de reverter o jogo, dando início à segunda guerra de Bôeres entre 1899 e 1902. Nos primeiros meses de guerra, os bôeres derrotaram os britânicos na região de Natal e conseguiram penetrar nas zonas do Cabo, apesar de sua inferioridade militar. O confronto começou a ganhar outros contornos no início de 1900 com a chegada de dois oficiais aclamados, Lord Roberts e Lord Kitcher, e ajuda de vários soldados não só da Grã-Bretanha, mas também de outras regiões, como Canadá, Austrália e

Nova Zelândia. Com esse novo cenário, a vitória dos britânicos seria apenas uma questão de tempo.

Esta nova situação permitiu ao exército britânico lançar uma ofensiva contra os *africânderes*. À medida que os britânicos iam obtendo vitórias, os *bôeres* que iam sendo feitos prisioneiros tinham vários destinos, ou iam para o Ceilão, ou para ilha de Sta. Helena, ou então eram internados em campos de concentração, onde as condições de subsistência eram muito precárias, o que provocou a morte de milhares de *africânderes*. O objetivo britânico era o de retirar o apoio da população *bôer* aos combatentes. Nesse sentido, e para além do internamento em campos de concentração, os britânicos também destruíram milhares de fazenda *bôeres*.” (BRANCO, 2003, p.28).

Pereira (2012) esclarece ainda que, depois de vencer os *bôeres*, os britânicos anexaram as duas Repúblicas, Transvaal e do Estado Livre de Orange e abriram caminho para negociações com os vencidos, para a instalação de paz na região. De acordo com Branco (2003), a paz se deu através da assinatura do Tratado de *Vereeniging*, em maio de 1902, que colocou fim nas duas Guerras em toda a região e concedeu aos derrotados algumas recompensas como forma de compensação das guerras. Durante as Guerras dos Colonos as populações nativas lutaram para ambos os lados, mas não receberam nenhum tipo de ajuda por terem participado no confronto.

De acordo com Branco (2003) a assinatura do tratado de paz não eliminou por completo os ressentimentos e os valores que os *bôeres* carregavam consigo, pelo contrário, os *bôeres* mantiveram sempre vivos seus princípios, recusaram-se a adotar a língua dos britânicos, seus filhos tinham que ser criados a partir dos conceitos *afrikaans*, ignorando as escolas públicas que só ensinavam em língua inglesa. O desejo de criar uma república autônoma e governada sobre preceitos *afrikaans* nunca foi abalado, mesmo saindo derrotado das guerras.

3.5 Da Colônia para Fundação da União Sul-Africana

A vitória da Grã-Bretanha nas Guerras dos *Bôeres* trouxe novos ventos para todas as regiões. Como é apontado por Branco (2003), as autoridades britânicas concederam autonomia política limitada aos *bôeres*, para a criação de seus próprios governos nas colônias de Transvaal e Orange. Foram realizadas eleições que culminaram com a vitória dos *bôeres* nas colônias de Transvaal e Orange. A Colônia do Cabo ficou sob a responsabilidade dos brancos anglófonos (britânicos). Neste momento, segundo Branco (2003), a África do Sul era formada por quatro

colônias: Cabo, Natal, Orange e Transvaal. As colônias começaram a desenvolver fortes contatos, relações comerciais, investimentos etc.

Diante desses acontecimentos, a Grã-Bretanha propôs negociações entre as colônias, com intuito de fundar um único Estado. As negociações para criação da União da África Sul ocorreram nos anos de 1908 a 1909, resultando no nascimento da União Sul-Africana em 1910. Segundo Pereira (2012), a nova constituição da União Sul-Africana foi baseada nas políticas racistas e segregacionistas.

Com a aprovação da Constituição da União Sul-Africana (Federação das Províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), a população negra foi privada do direito ao voto e à propriedade da terra. A partir de 1910, quando o país se tornou independente da Coroa Britânica, juntamente com a Austrália e com o Canadá, várias leis segregacionistas foram implementadas. Entre elas, o *Native Labour Act*, de 1913, estendeu aos trabalhadores urbanos o sistema de submissão vigente nas fazendas, dividindo a África do Sul em duas partes – 7% do território nacional foram deixados aos negros, que representavam 75% da população e 93% das melhores terras foram entregues aos brancos que correspondiam a 10% da população (PEREIRA, 2012, P.56-57).

Na visão de Pereira (2010), a União Sul-Africana, foi criada apenas para acomodar os colonos (bôeres e os britânicos) que constituíam uma pequena parte da população, em contrapartida, a maior parte da população, principalmente os negros, foram os que mais saíram prejudicados, após a criação da União Sul-Africana. A eles foram negados direitos a votos, propriedades etc. A institucionalização do regime *apartheid* era apenas uma questão de tempo.

4. A ORIGEM E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME APARTHEID

4.1 A Era Segregacionista

A segregação na África do Sul foi um fenômeno que começou com a chegada dos europeus, primeiro os holandeses, depois os ingleses. Ambos começaram com processo de conquista, travando inúmeras batalhas contra a população nativa, depois batalharam-se entre si, saindo vitoriosos os britânicos. Após a conquista de todas as regiões, foi fundada a União Sul-Africana.

Como apontam Lacerda, Carvalho e Teixeira (2015), a fundação da União Sul-Africana, foi construída a partir de várias leis discriminatórias, que existiam desde a chegada dos europeus, porém de forma menos branda. Com a criação do país essas leis foram aperfeiçoadas, dando início à separação das pessoas por raças. Segundo Branco (2003), foram estabelecidas

várias leis que declararam as ações discriminatórias legais e reconhecidas pelas próprias autoridades. Foram implementadas, por exemplos, *Regulation Act* de 1911, lei que considerava uma afronta criminal, caso a população nativa rompesse seus contatos de trabalho, essa lei era apenas, aplicada aos negros. O *Dutch Reformed Church Act* de 1911, proibia os negros de frequentarem ou tornarem-se membros das mesmas igrejas que os brancos.

De todas as leis implantadas, a que mais afetou a população nativa e abriu o caminho para a separação dos negros e brancos foi a *Natives Land Act* de 1913. Essa lei causou vários problemas, seus efeitos são sentidos até o dia de hoje. A Lei referia-se às divisões de terras, como já foi citado no trabalho, apenas uma pequena percentagem da população, os brancos ficaram com maiores e melhores partes da terra. Em contrapartida a maior parte da população, os negros, ficaram com uma pequena parcela de terra que tinha pouca serventia. Perante essas situações, os nativos organizaram um movimento para responder os descalços da nova República (PEREIRA, 2012).

De acordo com Brites e Padilha (2017) foi criado em 1912, a African National Congress (ANC), primeira organização de cunho nacional, composta por intelectuais negros, tendo entre seus nomes de grandes destaques, Nelson Mandela. O movimento tinha como principais objetivos, defender os interesses da população negra e fazer oposição ao governo. Para Braga (2011), o ANC foi inspirado no Congresso Nacional Indiano, partido que lutou contra o colonialismo britânico na Índia. Em 1914, os *africânderes* criaram o Partido Nacional, responsável pela introdução do regime mais opressor da história Sul-Africana, o *Apartheid*.

4.2 Fundação do Regime Racista e Separatista, *Apartheid*

O principal arquiteto do *Apartheid* foi Geoffrey Cronjé. Segundo Passos (2004), Geoffrey Cronjé, nasceu no Cabo no ano de 1907, começou a sua primeira formação na Universidade de Stellenbosh, na África do Sul, mas depois mudou-se para Holanda, onde fez doutorado em Sociologia e Criminologia. Assim que terminou seus estudos em Amsterdã, regressou ao Cabo e tornou-se professor na Universidade de Pretória em 1936. Um dos seus primeiros feitos como militante político, foi ajudar na criação do *Bureau* Estudantil Nacional *Afrikaaner*.

De acordo com Passos (2004) Geoffrey Cronjé era obcecado por assuntos raciais e um dos cérebros mais ativos na propagação do regime *apartheid* entre os *africaners* mais radicais. Cronjé escrevia muitos livros sobre as teorias do *apartheid*. Nos seus escritos, ele

deixava bem claro que era contra a mistura de raças e fazia menção ao quanto isso era perigoso, defendia abertamente que cada raça deveria conviver entre si e condenava veementemente as misturas de pessoas de cores diferentes. Segundo Passos (2004, p.16), “Cronjé se refere à raça branca como sendo parte da criação divina, e que a diversidade racial do planeta deve ser protegida da “bastardização”. Uma mistura das raças não seria considerada natural”.

Para Passos (2004), Cronjé foi um dos responsáveis pela criação das leis discriminatórias, ajudou o governo a criar uma lei que proibia o casamento das pessoas de raças diferentes. Ele acreditava que, caso houvesse uma mistura de raça, a população branca estaria em perigo na África do Sul. Diante de todas as circunstâncias históricas o regime racista e segregacionista, *Apartheid*, só foi introduzido quando o National Party (NP) venceu as eleições de 1948, mas a segregação já antecedia essa data, ou seja, ela já existia desde a chegada dos Europeus (PEREIRA, 2012).

Como é explicado por Pereira (2012) *Apartheid* é uma ideologia de separação, baseada na superioridade e discriminação racial entre indivíduos e na exploração de força de trabalho. O primeiro governo do regime *apartheid* começou em 1948, quando o NP venceu as eleições, Daniel François Malan foi o primeiro chefe do governo racista entre anos de 1948 e 1954. Na sua gestão, Malan procurou expandir as leis racistas que já existiam desde a chegada dos europeus. Ele queria criar um país purificado, onde os brancos eram superiores em todos os aspectos, econômicos, sociais, culturais etc. Para manter o nível de superioridade dos brancos em relação às outras raças, segundo Braga (2011), Malan começou a limitar os acessos dos não brancos ao trabalho e habitação. A apropriação das terras tornou-se mais difícil para os não brancos, principalmente para os negros e acesso a educação e saúde tornou-se extremamente limitado para os negros.

Foi a partir desses acontecimentos que surge o termo *pequeno apartheid*, que significava discriminação cotidiana da população não branca. Os brancos e os negros, não poderiam compartilhar o mesmo lugar como eventos, escolas, transportes coletivos públicos, lugares de lazeres (praias, bares); os direitos civis mais básicos, foram negados aos não brancos, principalmente aos negros. Todos esses acontecimentos eram apenas o início do *apartheid*. Ainda na sua administração foi implantado o *grande apartheid*, baseados em leis severas, tornando o regime mais radical, aumentando ainda mais o status da população branca e empurrando as populações não brancas para ruínas (BRANCO, 2003).

Foi em torno do *grande apartheid*, que o regime se consolidou e foram criadas várias leis que serviram de base para a manutenção do regime por décadas. Dentre elas, temos as seguintes que foram mencionados por Branco (2003):

- (i) *Population Registration Act* (1950) - servia para caracterizar a população de acordo com sua raça;
- (ii) *Group Areas Acts* (1950), objetivo dessa lei era dividir o país geograficamente, cada raça deveria habitar em áreas diferentes, caso alguma pessoa de raça diferente habitasse em áreas que não lhe pertenciam, automaticamente era removido à força pelo governo;
- (iii) *Prohibition of Mixed Marriages* (1949) - proibia casamentos de pessoas de raças diferente;
- (iv) *Immorality Act* (1927-1950) - era proibido pessoas de raças diferentes terem relações sexuais, o descumprimento dessa lei resultaria em até sete anos de prisão, trabalhos forçados ou castigo (chicotes);
- (v) *The Reservation of Separate Amenities* (1953) - todos os lugares públicos e privados passaram a ser segregados;
- (vi) *Bantu Education Act* (1953) - por lei os estudantes brancos deveriam estudar separados dos negros, sendo que os estudantes negros eram controlados, obrigando-os a aprenderem os métodos *afrikaans*, essa lei foi a causa da revolta dos estudantes do Soweto de 1976;
- (vii) *The Extension of University Education* (1952) - os negros eram proibidos de cursar nas mesmas universidades que os brancos, foram criadas universidades segregadas para brancos, negros, mestiços e asiáticos, cada um deveria frequentar universidade destinada a sua raça,
- (viii) *Industrial Conciliation Act* (1952) - segundo essa lei, os melhores trabalhos eram destinados aos brancos e os piores eram destinados, aos negros;
- (ix) *Native Laws Amendment Act* (1952) - os negros eram proibidos de permanecerem nas áreas urbanas por mais de setenta e duas horas, ou seja, para permanecer nessas zonas por várias horas, era necessário um documento que comprovasse que eles trabalhavam nessas regiões.

Para manter o regime mais forte, o governo adotou outras leis, que davam aos policiais mais poderes para fiscalizar os trabalhos dos movimentos que eram contra o regime. Foi a partir desse contexto que segundo Branco (2003), foram implementados, o *Suppression of*

Communism Act (1950), que tornou o Partido Comunista ilegal na África do Sul com o objetivo de banir o Comunismo do país, porque representava perigo ao regime; o *Native Administration Act* (1956), obrigava os negros a viverem nas áreas rurais, longe das habitações dos brancos; o *Customos and Exercise Act* (1955)/*Official Secrets Act* (1956), dava ao governo liberdade para confiscar materiais (livros, filmes) que eram contra o regime e controlava todos os movimentos, grupos e pessoas que eram contrários ao regime.

Todas as iniciativas adotadas pelo NP eram apoiadas pelos cidadãos brancos. A prova disso foi a vitória do partido nas eleições seguintes. Como aponta Braga (2011), em 1954 o chefe do governo, Malan, foi substituído por Gerhadus Strijdom, que ficou pouco tempo no poder, mas deu segmentos às políticas que foram implementadas por seu antecessor. Com a morte de Strijdom em 1958, Hendrik Frensch Verwoerd assumiu o comando do governo.

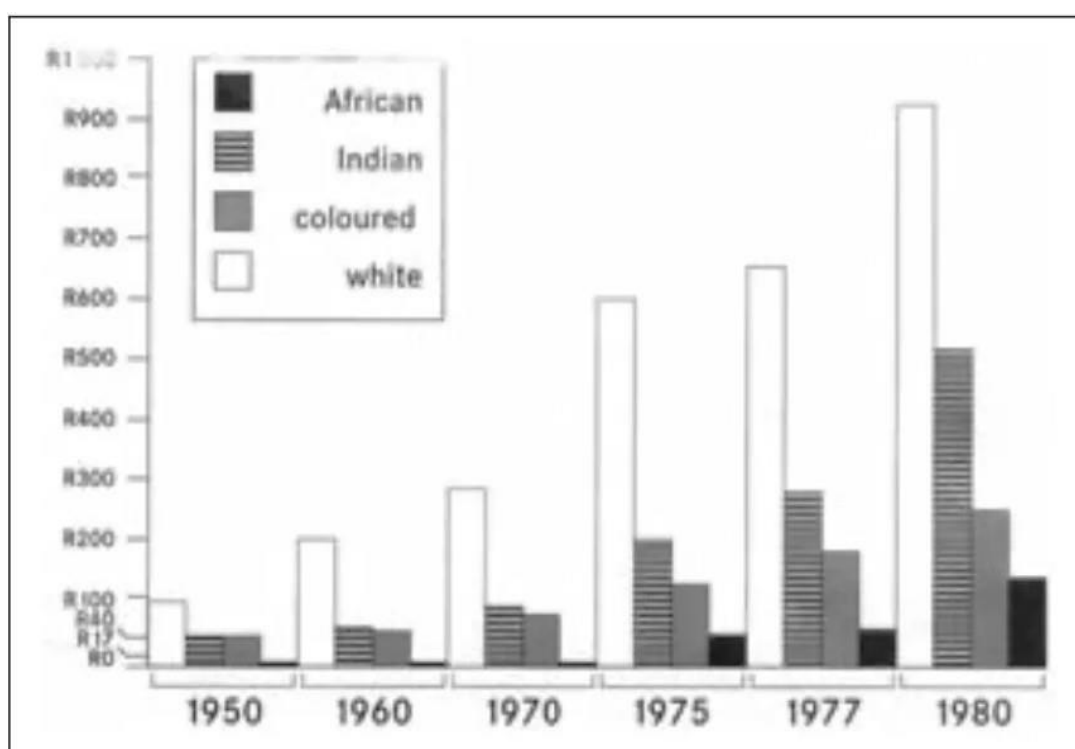
Verwoerd foi um dos Primeiros-Ministros mais radicais do regime *apartheid*. Segundo Pereira (2012), o novo Primeiro-Ministro, foi responsável pela criação da *Teoria do Desenvolvimento Separado*, tornando o *Apartheid* mais radical. Antes de ascender como chefe do governo, Verwoerd foi Ministro dos Assuntos Nativos em 1950 e responsável por criar leis que obrigavam os negros a transportarem passes quando circulavam na cidade, seus movimentos eram controlados e só poderiam trabalhar na cidade quando todos os brancos estivessem devidamente empregados.

Verwoerd foi um dos responsáveis pela criação dos bantustões ou *Homelands*, com intuito de agrupar a população negra em apenas uma área geográfica, longe das áreas onde habitavam os brancos. A política de bantustões consistia em dividir e organizar os negros em várias tribos, onde cada tribo teria um chefe, ou seja, era uma espécie de governo estadual, mas sem autonomia, sujeito ao poder central. O grande objetivo do governo era separar os brancos dos negros e mestiços. A criação dos bantustões com autonomia limitada, era uma das formas que o governo encontrou para tranquilizar a comunidade internacional, mostrando que o regime estava em evolução. Contudo, essa tática foi condenada pela ONU, uma vez que visava a separação dos indivíduos e não o desenvolvimento de toda a população. Como um dos mais ferozes defensores do regime, Verwoerd queria manter o regime cada vez mais forte. Para isso, era necessário fortalecer e controlar todas as instituições e um dos setores que mais sofreu a intervenção, foi a área de educação direcionadas para os negros (PEREIRA, 2010).

Para Pereira (2012), a instalação do regime e implementação das leis racistas fizeram com que a educação dos negros fosse extremamente afetada, poucos negros tinham acessos às escolas, que eram segregadas e contavam com poucos recursos para aprendizagem. Com a

implementação da Educação Banto por Verwoerd, os ensinos direcionados aos negros passou a ser controlados pelo governo pois, era obrigatório disseminar informações sobre o *Apartheid*. O ensino africano recebe pouca ajuda do governo, como uma das formas de manter a superioridade branca. A única vantagem que a Educação Banto trouxe foi um ligeiro aumento dos números de indivíduos negros no ensino, apesar de sua péssima qualidade.

Figura 1 - Distribuição de Verbas em Educação nos Governos Sul-africanos no *Apartheid*



Fonte: Adaptado de UNDERSTANDING Apartheid.: Oxford University Press/Apartheid Museum, 2006.

Como podemos observar na figura acima, os negros eram os mais prejudicados pelo regime. Os recursos destinados às populações não-branca eram muito baixos, principalmente para os negros. Mesmo constituindo a maior parcela da população do país, os recursos destinados aos negros cresciam lentamente durante todos os governos *apartheid*, diferentemente da pequena parcela da população branca que via seus recursos a crescerem em ritmos muito elevados por várias décadas. Por outro lado, os recursos destinados à população mestiça e indiana cresciam, mas nada que pudesse ser comparado a dos brancos. Os mestiços e Indianos que também constituíam pequena parcela da população, recebiam mais recursos que a população negra.

4.3 As Lutas Antirracistas Contra o Sistema Opressor: *Apartheid*

As resistências dos africanos contra os invasores europeus se deram desde a era colonial. O povo africano sempre buscou meios para enfrentar os colonizadores, apesar de possuírem poucos recursos e técnicas pouco avançadas em relação a seus adversários. Contudo, na era do regime *apartheid* as populações nativas criaram vários movimentos com objetivo de fazer oposição ao regime racista. Dentre esses movimentos, o que mais se destacou foi o ANC criado em 1912, que passou a ser conhecido em nível nacional, quando o regime racista foi implementado (Branco, 2003).

O ANC, segundo Pereira (2012), foi o primeiro movimento de caráter político, composto por indivíduos negros, que almejavam uma África do Sul multirracial, onde todos teriam os mesmos direitos e deveres, ao contrário do que o regime pregava. O movimento tinha esperança de convencer os africanos de que as formas como eles governavam o país era extremamente injusta, as leis criadas pelo regime impunham barreiras entre as populações e aumentavam a desigualdade. As atividades do ANC começaram antes da oficialização do *apartheid*. Como é apontado por Pereira (2012) no ano de 1920, os líderes dos movimentos organizaram uma greve, que contou com cerca de 40 mil negros, que trabalhavam nas minerações. Assim, como todos os movimentos, o ANC detinha as estratégias de combates e após sua fundação o movimento optou por uma luta não violenta contra os africanos, mesmo depois da institucionalização do *apartheid* com a criação de diversas leis racistas (conforme descrito anteriormente neste texto), o ANC continuou com sua estratégia de não-violência, realizando protestos pacíficos. O tipo de tática utilizado pelo ANC, segundo Pereira (2012), não surtiu nenhum efeito, não promoveu nenhum tipo de mudança dentro do país. Isso levou o movimento a repensar outras soluções de combate contra o regime.

Foi através desses acontecimentos que surgiu em 1955, segundo Pereira (2012) a Carta da Liberdade, que teve participação das organizações dos indianos, mestiços, liberais e socialistas. A partir desse ano, o ANC, já contava com a participação de alguns membros brancos, que pertenciam ao Partido Comunista Sul-Africano, que foi declarado ilegal pelo governo. O ANC estava de portas abertas a todos os indivíduos, que lutavam contra o regime racista, independentemente da cor. A essa altura o ANC estava sob o comando de Nelson Mandela e Oliver Tambo. A Carta da Liberdade continha denúncias contra o regime racista, enfatizava a demolição do *apartheid*, criticava a forma como as riquezas do país eram apropriadas pela minoria branca, e fazia exigências de que todos os cidadãos tivessem acesso

às riquezas existentes na África do Sul e ainda, clamava pelo reconhecimento da igualdade de direitos entre os cidadãos. Como resposta, o governo prendeu vários líderes dos movimentos, que eram contra o regime. Um dos trechos da Carta da Liberdade elucida as seguintes mensagens:

Nós, o povo da África do Sul, declaramos para todo o nosso país e para o mundo, a saber: Que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos [...]. Que foram roubados do nosso povo o direito inato à liberdade da terra e à paz por uma forma de governo fundada na injustiça e na desigualdade. Que o nosso país deve ser próspero ou nunca será livre [...]. Que somente um Estado democrático, baseado na vontade de todo o povo, pode garantir o direito de primogenitura, sem distinção de cor, sexo, raça ou crença. E, portanto, nós, Povo da África do Sul, negros e brancos, compatriotas e irmãos, adotemos esta Carta de Liberdade. E nos comprometemos a lutar juntos [...] (PEREIRA, 2012, p.72-73).

Fica claro, que a Carta da Liberdade não era apenas uma reivindicação da oposição, que pedia ao governo uma reforma para o país e toda a população. A Carta era um bastão, que deixava bem claro que os povos Sul-Africanos ansiavam por sua liberdade e dignidade. O documento tornou-se um plano oficial de combate a todos os movimentos que eram contrários ao regime racista. Por isso, o governo promoveu uma campanha de perseguição aos elementos do ANC (PEREIRA, 2012)

Assim como os negros, a população mestiça também era ameaçada pelo governo. Como forma de defender seus direitos os mestiços se viram obrigados a criar uma organização e, com intuito de defenderem seus direitos, foi criado em 1953 a *South African Coloured People's Organization* (SACPO). O grande objetivo da SACPO era evitar que a população mestiça fosse impedida de exercer o seu direito ao voto, mas em 1956 os mestiços foram proibidos de votar. Esse acontecimento foi um golpe forte para a SACPO e levou os mestiços a mudarem o nome da organização para *Coloured People's Congress* (CPC). O novo grupo mudou sua estratégia de lutas, unindo-se ao ANC e abrindo uma só frente liderada por este último contra os absurdos que o governo racista impunha ao país (BRANCO, 2003).

Ainda na década de 50, surgiram outros movimentos que faziam oposição ao governo. Em 1958, desentendimentos dentro do ANC, que culminaram com o racha dentro da cúpula, uma parte dos membros não aceitavam determinadas políticas da organização, como por exemplo, a política multirracial, não aceitando a presença de outras raças dentro do ANC. Diante dessa situação, os indivíduos que eram contra essas regras, abandonaram o ANC e

fundaram o seu próprio movimento, que ficou conhecido como Pan Africanist Congress (PAC) liderado por Robert Soukwe (PEREIRA, 2012). Assim como o ANC, o PAC tinha os mesmos compromissos, suas táticas de lutas e o inimigo eram os mesmos. Mas, o movimento não aceitava pessoas de raças diferentes. Em 1960, o movimento marcou uma manifestação pacífica contra a lei que restringia a deslocação dos trabalhadores negros em espaços destinados aos trabalhadores brancos e contra outras leis que afetavam a população negra (PEREIRA, 2012).

Sem dúvida nenhuma, o ANC era o maior movimento de oposição ao *apartheid*, nenhuma outra organização tinha a força que o ANC detinha no meio da população negra. O sucesso do ANC deu-se pela forma como eram organizadas as suas manobras táticas e principalmente, como o movimento convocava e estimulava a população a participar nas suas actividades (BRANCO, 2003). Um dos momentos mais marcantes para a oposição e que mudaria completamente a forma como os movimentos lutavam, foi o trágico acontecimento que ficou conhecido como o Massacre de *Sharpeville*. Quando um grupo composto por cerca de cinco mil indivíduos se agruparam em frente à delegacia e começaram a protestar contra a lei de passes, a polícia disparou contra a população, ocasionando a morte de sessenta e nove manifestantes, entre elas oito mulheres e dez crianças, deixando aproximadamente cento e oitenta feridos. Diante dessa situação, o governo suspendeu a Lei de Passe por cerca de dez dias, ordenou a prisão de vários indivíduos e tornou os movimentos, ANC, PAC e Partido Comunista ilegais (PEREIRA, 2012).

As estratégias da oposição contra o *apartheid* sempre foram pautadas nas lutas pacíficas, mas após o Massacre de Sharperville, os movimentos ANC e PAC mudaram suas táticas de lutas. O ANC criou uma força de combate armada, conhecida como Umkhonto We Sizwe (MK) (Lança da Nação) e o PAC formou o Poqo (Somente Nós). No dia 16 de dezembro, o MK, abriu o caminho para uma nova forma de combate contra o regime *apartheid*: a luta armada (PEREIRA, 2012).

A nova estratégia de luta do ANC iria mudar completamente a situação dos movimentos que faziam oposição ao regime racista, pois, dentro do grupo criado pelo ANC, o MK, existiam brancos que pertenciam ao Partido Comunista, que também eram perseguidos pelo governo, e tinham grande experiência e habilidades sobre as técnicas de revolução. Esses indivíduos foram aceitos dentro da cúpula do MK para lutar contra o regime (PEREIRA, 2012).

A primeira estratégia de luta utilizada por MK foi a sabotagem das instalações governamentais, o objetivo dessa tática era mostrar ao governo que a oposição lutaria até que

houvesse mudanças no país. A nova forma de combate adotado pela ANC, através do grupo MK, começou a surtir efeitos, várias pessoas se aliaram à luta do MK. Os atos praticados pelo braço armado do ANC foram tão bem sucedidos que fizeram com que o governo respondesse através do uso da força. Vários líderes do MK começaram a sofrer perseguições e mais tarde alguns foram presos, sob acusação de traição e terrorismo contra o país. Entre os condenados estava Nelson Mandela, acusado de terrorismo e condenado à prisão perpétua, em um julgamento que ficou conhecido como Julgamento de Rivonia. Em sua defesa Mandela alegou que não era terrorista, as técnicas utilizadas pelo MK eram apenas uma forma de enfraquecer o governo e que os objetivos dessa luta eram apenas ataques às propriedades governamentais e não a seres humanos (PEREIRA, 2012).

Segundo Pereira (2012) é inegável o sucesso do MK, pois, as suas ações atingiram o governo e as suas mensagens foram passadas, apesar de não conseguir fazer com que o governo racista mudasse a sua forma de governar. Mesmo com vários de seus líderes presos, a luta continuou, porém, de forma muito diferente. Oliver Tambo tornou-se líder do movimento no exílio, onde ficou e lutou por mais de três décadas. Assim como MK, os líderes do PAC tiveram os mesmos destinos, muitos foram presos, outros foram obrigados a procurar exílio em outros países como forma de escapar de perseguições, torturas, trabalhos forçados e julgamentos políticos.

A prisão dos principais líderes da oposição enfraqueceu muito os movimentos que faziam oposição ao *apartheid*. Os movimentos não tinham as mesmas forças, era preciso arranjar soluções rápidas e seguras para dar continuidade ao trabalho. Era necessário construir uma força armada muito bem preparada e treinada. Diante desse novo desafio, muitos membros da oposição emigraram para o exterior e começaram a receber treinamento militar da União Soviética, China e Argélia na década de 60. Mas, foi no final da década de 1970 que os membros da MK regressaram ao país e deram continuidade às atividades militares (PEREIRA, 2012).

4.4 O Declínio do Regime *Apartheid*

A crise do regime *apartheid* começou na década de 70 e vários fatores explicam essa situação. Dentre eles, Braga (2011) destaca a estagnação econômica, a situação política no continente africano, especialmente no sul do continente, a luta contra o regime e a repercussão

mundial pela forma como o regime racista atuava e as sanções. A África do Sul é um país muito rico em recursos naturais e o governo racista soube aproveitar muito bem essas riquezas, embora beneficiasse apenas a população branca. Quando o NP ascendeu ao poder, o governo adotou a política de industrialização por substituição de importações, como uma forma de alcançar o desenvolvimento. A política foi um sucesso, fez do país, um dos dez mais ricos do mundo, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) (PEREIRA, 2012).

Contudo, o Levante do Soweto e as sanções internacionais provocaram enormes problemas para a economia sul-africana, uma vez que o setor industrial do país era muito dependente da importação de bens de capital financiados por divisas estrangeiras, adquiridas através de exportações de produtos primários. O país também foi isolado do convívio internacional, agravando mais a situação econômica. A participação da África do Sul no comércio internacional era responsável pelo menos por 50% do seu PIB (PEREIRA, 2012).

Depois das prisões dos principais líderes dos movimentos CNA e PAC que faziam oposição ao regime, o *apartheid* intensificou o Estado Policial, reprimindo qualquer tipo de manifestação. A hegemonia do poder branco parecia intocável e indestrutível, mas após a aplicação obrigatória de língua *afrikaans* na educação, como forma de superar a língua inglesa que era usada, desencadeou-se vários protestos. Os estudantes do Soweto protestaram contra a utilização do *afrikaans* como língua oficial do sistema educacional. Como resposta, a polícia disparou contra os manifestantes, matando cerca de 176 – estimativas chegaram a elevar esse número para 700 – estudantes negros e deixando mais de 1000 feridos (PEREIRA, 2012).

Para Pereira (2012) o protesto de Soweto de 16 de julho de 1976 não se deu apenas por introdução da educação *afrikaans*, apesar de este ser o fator mais importante do Levante. Somando-se a isso, os alunos negros sofriam com a falta dos professores, não tinham condições econômicas para estudarem, a Lei de Passe constituía um empecilho na deslocação da população negra. O Protesto do Soweto colocou em xeque a hegemonia do *apartheid*, junto com a crise do petróleo de 1973 e as revoluções que estavam acontecendo no sul do continente, a derrubada do poder colonial em Moçambique e Angola, aliados da África do Sul. Todos esses atos, além de colocar o regime racista em perigo, acordaram os movimentos que lutam contra o governo.

Por outro lado, o massacre do protesto de Soweto desencadeou resultados negativos para o governo-sul africano. O tema da segregação e o evento em si deixaram de ser questões internas e a comunidade internacional começou a encerrar o problema sul-africano com mais

determinação, a imagem do país perante o mundo deteriorou-se e o *apartheid* passou a ser debatido em órgãos internacionais como a ONU, elevando ainda mais a crise que o país se encontrava. Contudo, os acontecimentos do Soweto trouxeram uma luz para a população negra, mostrando que o poder branco não era intocável e a resistência poderia trazer resultados positivos contra o governo opressor (BRANCO, 2003).

A forma como o governo conduzia o país também acabou por prejudicar a sua própria situação econômica pois existia uma desproporção dentro da economia: o país não tinha um nível de consumo que suprisse a sua produção. A maioria da população não tinha acesso ao consumo, por conta do poder de compra muito limitado. Por outro lado, o país sofria com falta de mão de obra qualificada, afetando o nível de produtividade e ocasionando problemas na balança de pagamentos (*déficit*) (PEREIRA, 2012).

Diante de todos os problemas, o país começou a sofrer com as sanções econômicas, causando estragos incalculáveis na economia sul-africana, por conta da conduta do governo. O órgão que mais lutou para impor sanções ao regime racista sul-africano dentro da ONU, foi a Assembleia Geral. Mesmo com poder político muito limitado, a Assembleia Geral desempenhou funções informacionais, através de criação de órgãos especiais, convocou debates, palestras e reuniões internacionais sobre o regime racista, fazendo com que a luta contra o *apartheid* se tornasse uma causa mundial. O *apartheid* foi institucionalizado através de práticas racistas, que eram contra os princípios que a Carta da ONU defendia, da qual a África do Sul fazia parte (BRAGA, 2011).

A primeira derrota do *apartheid* na ONU foi na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), quando as nações não alinhadas e os países do terceiro mundo formaram a maioria e condenaram as ações do governo racista. Diferente do Conselho de Segurança (CS), que tem o poder de utilizar o aparato da força armada para resolução dos conflitos, a Assembleia Geral dispõe apenas de decisões recomendatórias apesar de ser o órgão mais representativo. Somente os membros permanentes que constituem o CS possuem o poder de veto para aplicação de quaisquer normas jurídicas ou sanções. Essa situação, dificultou muito na imposição de sanções econômicas contra o governo racista sul-africano, uma vez que parte dos membros que compõem o órgão que tem o poder de aplicar sanções eram os principais aliados econômicos da África do Sul, EUA, Inglaterra e França, que votavam sempre contra sanções econômicas imposta ao *apartheid* (BRAGA, 2011).

Os atos do regime racista sul-africano começaram a ser debatidos na AGNU em 1952 por iniciativa da Índia, pois os indianos que residiam na África do Sul também eram vítimas

dos males do *apartheid*. Diante dessa situação, o governo indiano levou à ONU os problemas que seus cidadãos residentes na África do Sul estavam a enfrentar, pediram uma resposta para colocar o fim a esses problemas. Mesmo diante de toda essa situação, o governo sul-africano não abriu mão das suas políticas racistas, mesmo sendo questionado pela ONU por suas práticas racistas. Em respostas à ONU, o governo informou que a África do Sul é uma nação soberana, então, cabe somente a ela o poder de tomada de decisão sobre seus assuntos domésticos (BRAGA, 2011).

Segundo Braga (2011), de início a ONU apenas recomendava ao governo sul-africano a mudar sua forma de governar o país. Mas, após o Massacre de *Sharpeville*, a AGNU criou a resolução de 1958 como resposta a esse Massacre recomendando às nações, que cortassem todos os contatos diplomáticos com o governo racista e boicotassem seus produtos. O Massacre de Sharpeville mudou a forma como a ONU debatia as práticas dos governos racistas, o próprio CS foi obrigado por vários países a manifestar-se por conta do ocorrido, já que era o único órgão da ONU que tinha poder de aplicar resoluções obrigatórias:

Em 1963, o Conselho de Segurança aprovou sanções estratégicas, apenas recomendatórias: a resolução 181, com abstenções da Inglaterra e da França, recomendou os países a realizarem um embargo no comércio de armas para a África do Sul. Com essa resolução, o Conselho de Segurança identificou a África do Sul como uma verdadeira ameaça à paz e à segurança internacionais, fato que foi determinante para a legitimação e proliferação dos movimentos antiapartheid, principalmente os partidos cassados na África do Sul: o ANC, o SACP e o PAC. Dos dois requisitos para o Conselho de Segurança efetuar sanções obrigatórias, um já estava cumprido: o tratamento da temática como uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Restava o obstáculo político: o veto dos membros permanentes (BRAGA, 2011, p.107).

Havia obstáculos dentro do Conselho de Segurança que impediam que as pautas de combate ao regime sul-africano avançassem, pois não existiam unanimidades entre seus membros. Diferentemente do CS, a AGNU organizava ações, debates, comissões e comitês contra o *apartheid* e também cobrava posição mais rígidas do CS (BRAGA, 2011).

A AGNU, sempre fez apelos à África do Sul, para mudar a sua doutrina do governo, mas o pedido nunca foi atendido. Mas depois do massacre de Sharpeville o órgão buscou outras formas de lidar com esses problemas. Colocou-se em ação planos para isolar a África do Sul, tanto nas arenas diplomáticas como comercial, criou o Comitê Especial Contra o *Apartheid* e o Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial. O *apartheid* tornou-se assunto central da ONU. Várias nações se posicionaram contra África do Sul, os movimentos ANC e o

PAC adquiriram reconhecimento dentro do órgão como organizações que lutavam pela liberdade e começaram a fazer parte dos debates realizados pela ONU, ao contrário da África do Sul que foi proibida de participar das agendas da AGNU (BRAGA, 2011).

De acordo com Braga (2011), foi submetido um projeto no CS para expulsão da África do Sul do órgão, porém houveram vetos de alguns dos membros do Conselho de Segurança (França, EUA, Inglaterra) que impediram que o projeto fosse aprovado. Contudo, a África do Sul foi expulsa de vários organismos internacionais, como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial de Saúde (OMS), Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Comissão Econômica para África (CEA). Mesmo possuindo apenas poderes recomendatórios, a Assembleia Geral desempenhou papel vital no desmantelamento do regime racista, buscou todas as formas, ajudou a oposição, utilizou sua força para convocar todos os países, organizações governamentais e não governamentais a unir-se contra a África do Sul. A AGNU tornou-se a voz mundial da luta contra o *apartheid*, apesar da sua limitação (BRAGA, 2011).

Diferente da Assembleia Geral que não dispõe do poder obrigatório, o Conselho de Segurança demorou muito para dar respostas mais duras ao *apartheid*. Devido aos apoios dos EUA, Inglaterra e França ao regime racista. Porém a situação começou a mudar no CS após o Massacre de Sharpeville e a pressão exercida pela Assembleia Geral. Diante dessa situação, o Conselho de Segurança começou agir contra o governo sul-africano, criando uma organização composta por especialistas de todos os membros do CS, com objetivo de debater mecanismos contra a África do Sul. Foram aprovadas medidas que determinavam ao governo sul-africano a não aplicação da pena de morte aos manifestantes e recomendou que permitisse a participação de toda a população na política do país (BRAGA, 2011).

Como é apontado por Braga (2011), foi o Levante do Soweto que abriu caminho para que o Conselho de Segurança mudasse sua postura em relação à África do Sul. Foi a partir desses acontecimentos que o órgão aplicou sua primeira sanção estratégica (embargo de armas obrigatório) em 1977, proibindo a venda de quaisquer tipos de armas para a África do Sul. Além do embargo de armas, o Conselho tentou aplicar sanções econômicas, mas não obteve sucesso, por conta do poder do veto de alguns Estados membros (EUA, França e Reino Unido). Contudo, o Conselho impôs outras medidas, determinou de forma voluntária que países membros adotassem sanções estratégicas (limites de ligações aéreas e marítimas), econômicas (término de investimento), e sociais (boicotes contra a África do Sul, nas áreas esportivas e culturais).

As sanções econômicas vetadas pelo Conselho de Segurança, caracterizam jogos de poder e os interesses que os países membros tinham em relação à RAS. Fica evidente que o propósito do Conselho de Segurança não era apenas garantir a paz e a segurança mundial, como é recomendado pela Carta da ONU. Quando os interesses dos membros estão em jogo, os membros do CS optam por defender seus interesses particulares. Como diz Braga (2011, p.123) “na realidade, as potências ocidentais estavam, praticamente, defendendo seus interesses comerciais.” É por isso que as sanções econômicas obrigatórias contra o governo racista sul-africano não foram aprovadas.

Por outro lado, a situação no sul do continente africano, agravou ainda mais a crise do *apartheid*. Vários países que eram aliados da África do Sul, governados por minorias brancas conquistaram suas independências, alterando-se o domínio da região. Foi criado em 1976 os Estados da Linha de Frente (ELF) pelos países recém independentes (Angola, Moçambique, Botswana, Tanzânia e Zâmbia), com objetivos de oferecer todos tipos de suporte (apoio, recursos, técnicas etc.) aos movimentos que lutavam contra os regimes brancos que existam na região, principalmente RAS (BRANCO, 2003).

A criação dos ELF foi importante, pois marcou o início da coordenação dos estados da região na sua oposição aos regimes de minoria branca. Devido à força do regime sul-africano, as primeiras ações dos ELF visam os elos mais fracos, ou seja, o regime rodesiano e a questão namibiana. Pouco a pouco, os ELF passaram a ser considerados, aos olhos da Sociedade Internacional, como a vertente política da região no combate ao *apartheid*. (BRANCO, 2003, p.111).

A criação do ELF foi muito importante para a região e, principalmente, para os movimentos que faziam oposição ao regime foi um golpe contra o governo sul-africano. Além de prestar suportes aos movimentos que lutavam contra o poder branco no continente, os chefes dos países que faziam parte de ELF, junto com outros países africanos que conquistaram suas independências, criaram o *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC). O objetivo da SADCC era combater o governo sul-africano, mas mesmo tendo os objetivos comuns com o ELF, o SADCC tinha outra função: tornar a região menos dependente da economia sul-africana, fortalecer a região contra as investidas da RAS e criar meios de obter recursos para implementação de políticas que promovessem o desenvolvimento da região e dos países que fazem parte da organização. Todos esses acontecimentos demonstravam que o regime *apartheid* estava perto do seu fim (BRANCO, 2003).

Um dos últimos chefes a assumir o governo racista como Primeiro-Ministro foi Pieter Willem Botha, que depois tornou-se presidente da RAS. No seu governo houve muitas mudanças nas políticas do RAS. A gestão de Botha foi marcada pela militarização e os militares desempenharam papéis muito influentes na política do país. Mas, o ponto central do novo chefe do governo foi a implementação da Estratégia Total Nacional (ETN) (BRANCO, 2003).

De acordo com Branco (2003), ETN foi um projeto constituído por vários pontos que ditavam o rumo que a RAS deveria seguir nos âmbitos interno e externo. A ETN era composta pelos seguintes pontos: o governo não via a RAS como um país multirracial, mas, sim um país separados entre os brancos e negros. Não existia dentro da população negra homogeneidade, uma vez que eles se separavam em vários grupos tribais, cada um com sua forma de viver. O governo impôs o princípio da autodeterminação à população negra como forma de fazer com que os negros vivessem separados dos brancos, deu independência (controlada) para os bantustões, para que população negra vivesse conforme os seus credos. Cada grupo de população deveria ter seu próprio sistema de educação, uma vez que existiam culturas diferentes, mas, sobretudo, para que não houvesse misturas de culturas.

Cada escola tinha que ter apenas pessoas que partilhavam as mesmas culturas. Algumas leis discriminatórias foram removidas, como o Immorality Act. Entretanto, a revogação dessa lei, não significava mudança no governo, foi apenas uma forma de frear os ânimos do país nas esferas interna e externa. Como forma de reduzir as rivalidades com os países vizinhos, o governo tentou criar contatos econômicos, mas não surtiram efeito. Botha deixou claro que na sua gestão, o governo usaria todos os meios contra qualquer tipo de ameaça interna (PAC e CNA) regional (ELF) e não iria aceitar interferência internacional (ONU) (BRANCO, 2003).

Para Branco (2003), a ETN não foi implementada para mudar a forma como o regime trabalhava, foi uma resposta à crise que o país enfrentava. Ou seja, a adoção da ETN, visava apenas diminuir as tensões e passar a imagem que a África do Sul estava em processo de mudança. Segundo Pereira (2008), no governo Botha, as leis que proibiam casamentos e atos sexuais entre indivíduos de raças diferentes, acesso dos indivíduos de raças diferentes ao mesmo partido e que impediam os negros de terem direitos passaporte e outro documentos também foram todas revogadas.

Para Branco (2003), a era Botha foi marcada pela reforma do regime racista, como forma de conter as crises que o país enfrentava. A reforma implementada por Botha, era apenas uma manobra para melhorar a situação que o país se encontrava, ele não estava disposto a colocar o ponto final no regime e incluir todas populações nas diretrizes da RAS. Para colocar

seu plano de falsa reforma em prática, Botha necessitava de apoio de uma parcela da população negra.

Para ser bem-sucedido na obtenção do apoio interno, P.W. Botha necessitava de cativar o apoio de uma parte da população negra. Para tal, o governo decidiu promover uma classe média negra, com o objetivo de servir de tampão à mensagem revolucionária dos movimentos de libertação. Se existisse uma camada da população negra que visse o seu bem-estar aumentar, ela poderia opor-se às ideias de uma alteração de poder, a qual poderia pôr em causa esse mesmo bem-estar. (BRANCO, 2003, p.133).

Para além de colocar uma parcela de negros na sua reforma, Botha tentou convencer outras parcelas da população (mestiças e indianos), sugerindo a criação de um parlamento separado para cada grupo. A manobra do Botha não foi aceita por deputados radicais que faziam parte do governo, levando assim ao rompimento da ala mais conservadora com o governo. Os deputados radicais viam essa proposta como mais um perigo ao regime. O governo também estava muito preocupado com a expansão da população negra, que crescia muito, em contrapartida, a população branca passou a diminuir. O governo começou a encarar essa situação como um perigo para a população branca, por isso, em sua reforma, Botha queria agregar algumas partes das populações não-brancas. Como mostra o quadro da população do RAS (BRANCO, 2003).

Figura 2 - Total da População e Percentagem de Cada Raça

Total da População e Percentagem de cada Raça.					
	Total da População	Brancos	Mestiços	Asiáticos	Negros
1946	11.415.925	20.8	8.1	2.5	68.6
1951	12.671.452	20.9	8.7	2.9	67.5
1960	16.002.797	19.3	9.4	3.0	68.3
1970	21.794.328	17.3	9.4	2.9	70.4
1980	28.979.035	15.7	9.1	2.8	72.4

Fonte: BRANCO, apud, adaptado de William Beinart. Twentieth-Century South Africa, (p. 261)

De acordo com Branco (2003), Botha conseguiu alcançar um dos seus objetivos, trazer uma parte da população para seu lado (Indianos e mestiços) através de criação do parlamento com três câmaras, para brancos, mestiços e indianos. Esse processo se deu devido a implementação de nova constituição, que mudou a forma de governação. O cargo do Primeiro-

Ministro deixou de existir e o país adotou o regime presidencialista. Botha saltou de Primeiro-Ministro para Presidente da República.

Apesar de constituir a maior parte da população do RAS como mostra a figura dois, os negros estavam muitos abaixo de outros grupos sociais. A reforma de Botha, não os alcançava, diferente dos mestiços e indianos que constituíam pequena parcela da população da RAS, mas conseguiram participar da vida política do país, apesar das muitas limitações e pouca influência. A nova constituição apresentada pelo governo racista não foi reconhecida pela ONU, sob o argumento que a nova constituição não atendia toda a população, apenas beneficiava os brancos (BRANCO, 2003).

Como respostas à reforma do Botha surge, em 1983, a United Democratic Front (UDF), Movimento contrário à nova constituição, a UDF atuava de maneira não-violenta, com a finalidade de criar dificuldades ao governo racista na governação do país. O movimento fazia também oposição aos mestiços e indianos que se tornaram novos parceiros do regime (BRANCO, 2003).

A reforma de Botha, era uma mera aparência para mostrar o Mundo que o *apartheid* estava disposto a mudar a sua forma de atuação, mas no fundo Botha pretendia, arrefecer as críticas e sanções que a RAS sofria no contexto internacional. A nova constituição não trouxe nenhuma mudança que beneficiassem a maior parcela da população, pelo contrário, era uma manobra para manter a superioridade e o poder branco sem chamar atenção. Mas o plano não deu certo, as críticas e as sanções contra o regime foram mantidas, o país continuou a ser visto com maus olhos, as lutas contra o regime avançavam com mais intensidade, em todos os segmentos (BRANCO, 2003).

A situação do país só começou a melhorar, quando Botha deixou o cargo de Presidente e o Frederik Willem De Klerk assumiu o comando do país. Foi nesse último governo, que o regime *apartheid* começou a perder o fôlego e o poder branco deixou de ser absoluto. A verdadeira mudança do regime racista começou com De Klerk, último chefe do regime *apartheid* (PEREIRA, 2012).

4.5 O Início das Negociações: A Era Frederik Willem De Klerk

As tentativas de Botha para salvar o regime através de sua reforma não surtiram efeito, pelo contrário, provocaram mais revoltas, desgastando ainda mais a péssima imagem que o país

tinha. Diante dessa situação, Botha só via uma solução para tentar acalmar os ânimos do governo: a negociação com os grupos que faziam oposição ao regime. Segundo Branco (2003), Botha começou a dialogar com Mandela que se encontrava ainda encarcerado, por intermédio do seu Ministro, mas ele não obteve sucesso nas conversas com Mandela. A negociação era o único meio disponível que o Botha tinha para manter-se no cargo de Presidente. O fracasso nas negociações e problemas de saúde, foram motivos suficientes para que o NP pedisse a renúncia de Botha em agosto de 1989 e, em novas eleições Frederik Willem De Klerk saiu vitorioso (BRANCO, 2003).

A ascensão De Klerk como novo presidente da RAS, sinalizou mudanças dentro do regime. Assim que assumiu o poder, autorizou a legalização de todos os partidos e movimentos que faziam oposição ao governo e libertou todos os presos políticos, incluindo Nelson Mandela, que se tornou o prisioneiro político mais famoso do mundo. Diferente de outros presidentes, De Klerk estava disposto a negociar com todos os movimentos, líderes e organizações na criação de uma nova constituição para a República da África do Sul. Em menos de dois anos, a liderança de De Klerk permitiu que fosse suspenso o estado de exceção em todo o país, permitindo a libertação da maioria dos presos políticos (PEREIRA, 2012).

Naquele momento também foi promovida a repatriação dos exilados e revogadas a Lei das Áreas de Grupos, as leis de terra e a lei Registo da População. Por fim, os estatutos dos bantustões foram finalmente abolidos. Essas medidas possibilitaram um jogo cooperativo entre o governo e as forças de oposição, mas não cessaram os imensos confrontos que ainda ocorriam na África do Sul (PEREIRA, 2012, p.128).

No âmbito internacional De Klerk procurou limpar a imagem negativa do país através da cooperação. O novo governo começou aos poucos a recuperar a credibilidade do mas, o regime *apartheid* não foi desmantelado, o país precisaria resolver vários problemas, principalmente a desigualdade social que era extremante alta. Apesar de demonstrar ao mundo as mudanças que o governo estaria a promover, muitos países e organizações internacionais, incluindo a ONU, só acreditariam nas mudanças depois que o regime fosse desativado por completo, abrindo caminho para um novo regime, onde toda a população participaria livremente nas escolhas dos seus representantes (PEREIRA, 2012).

De acordo com Pereira (2012), um dos principais objetivos do novo governo, era recuperar a imagem do país e inseri-la na comunidade internacional. Para conseguir essa façanha, De Klerk realizou várias viagens internacionais com intuito de anular as sanções

impostas a RAS. Por outro lado, Nelson Mandela também iniciou várias viagens de cunho diplomático, buscando apoio e aliados para a oposição. Além de arranjar parceiros, as viagens de Mandela tinham outros objetivos, como por exemplo, pedir aos países que não retirassem as sanções impostas a RAS. Essa situação criou um mal-estar entre De Klerk e Mandela. Mas as viagens De Klerk e Mandela trouxeram bons resultados para as duas partes.

No entanto, as negociações na Europa resultaram em benefícios parciais, pois a CEE procurou atender ambos os lados, mantendo as sanções e as condições para sua remoção, mas admitiu, também, considerar um relaxamento gradual à medida que o processo de negociações se firmasse (PEREIRA, 2012, p.131)

No primeiro momento, parecia que tudo estava indo bem, as negociações entre o governo e a oposição avançavam sem grandes problemas, mas com passar do tempo, a situação começou a mudar de figura, apesar dos avanços, surgiram climas de incertezas e inseguranças entre os dois lados, as ideias começaram a divergir, tornando as negociações difíceis. Como apontado por Pereira (2012), o rumo das negociações parecia um beco sem saída, não existia consenso entre as partes envolvidas na busca de um acordo, para realização da primeira eleição democrática do País.

A situação só mudou de figura após a pressão internacional. Diante disso, De Klerk chegou a um acordo com a oposição, marcando as eleições para abril de 1994 nas quais toda a população tinha direito de escolher seus representantes. Então, foi implementada uma constituição provisória, revogando todas as doutrinas do *apartheid*, abrindo caminho para uma nova África do Sul, onde todos podiam exercer livremente seus direitos de escolherem seus representantes (PEREIRA, 2012).

4.6 A Política Externa Sul-africana Durante o Regime *Apartheid* (1948-1993)

A diplomacia sul-africana durante o período *apartheid* foi marcada por vários acontecimentos. A instituição do regime *apartheid*, dificultou muito a atuação da África do Sul no sistema internacional. Muitas nações e organizações isolaram o país por conta da sua doutrina. A política-externa sul africana na era *apartheid* começou em 1948, depois da criação da ONU em 1945, no qual o país era um dos membros. Como é explicado por Branco (2003), quando Malan assumiu o governo racista, elegeu Te Water como embaixador da RAS nas Nações Unidas, com a função de lutar contra as críticas e a imagem negativas que o governo

sofria nas esferas externas. A política externa do governo Malan foi marcada pela criação da Carta de África (Branco, 2003, p.145-146), que consistia nos seguintes objetivos:

- 1) Preservar África para os Africanos;
- 2) Assegurar que África se desenvolva de acordo com os valores cristãos e ocidentais;
- 3) Manter o comunismo fora de África; fazer de África uma zona desmilitarizada.

A intenção do governo com esses pontos era transformar a África do Sul em um país ocidental, e firmar parceria com ocidente, para manter o regime mais forte. O governo sul-africano via a África do Sul com um território europeu fora da Europa, por isso, que durante a Guerra Fria o RAS apoiava ocidente contra o comunismo (BRANCO, 2003).

De acordo com Branco (2003), no governo Strydom a política externa foi marcada por dificuldades para manter contatos com seus vizinhos, pois vários países africanos começaram a conquistar suas independências, tornando o convívio com a República da África de Sul, ainda mais difícil. O novo chefe do governo, tentou manter relacionamentos com as nações africanas independentes, mas sem renunciar a qualquer doutrina do regime *apartheid*.

Na esfera internacional Strydom teve pouca influência, porque o seu período como chefe do governo foi muito curto devido a problemas de saúde que o levaram à morte. Perante esse fato, Verwoerd tornou-se novo Primeiro-Ministro do RAS. Verwoerd mostrou-se muito diferente do seu antecessor no que se refere à política externa. Segundo Branco (2003), o novo chefe do governo possuía conhecimento em assuntos internacionais e foi Ministro dos Assuntos Nativos. Verwoerd radicalizou o *apartheid* com a instalação do *Grande Apartheid*, responsável pela separação de todas as raças e pelo aumento do poder da população branca.

O Primeiro-Ministro justificou a criação do seu plano, como uma forma de assegurar os direitos e sobrevivência da população branca que era uma das menores parcelas populacionais da República da África do Sul. As novas façanhas do governo não foram bem vistas pelas comunidades internacionais, especialmente pela ONU (BRAGA, 2011).

Para Branco (2003), o chefe do governo não estava preocupado com as críticas externas, o grande objetivo era tornar o regime seguro e forte, para isso, era preciso controlar os passos dos seus vizinhos que estavam a caminhar para as independências. O sucesso do governo sul-africano, dependia de um clima regional muito estável e da constante vigilância para que os interesses dos governos não corressem riscos. Esse cenário necessitava de uma boa política

externa, para manter estável a hegemonia da África do Sul na região. Mas, a forma como a RAS conduzia sua política externa criou barreiras nos relacionamentos com os seus vizinhos e os países africanos independentes recusaram quaisquer tentativas de contatos com a RAS. O isolamento da RAS estava apenas a começar, mesmo assim, o governo continuou a manter linhas duras nas suas políticas, agravando ainda mais a situação do país. Na medida em que os países africanos conquistaram suas independências, os contatos com RAS enfraqueceram cada vez mais.

Quando Vorster ascendeu como novo chefe do governo em 1966, deparou com um cenário muito crítico, a pressão internacional contra o regime aumentava a cada instante. Vorster foi um dos chefes de governo mais radicais. A sua gestão foi marcada pelo combate ao comunismo, nos âmbitos interno e regional. Como menciona Branco (2003), a política externa concentrou-se no combate ao comunismo aliado com países ocidentais que lutavam contra o comunismo. Mas, por trás do combate ao comunismo ao lado dos ocidentais, Voster tinha outros interesses em jogo: aliviar as críticas e o isolamento que o país estava sofrendo.

Vorster tentou restabelecer a reaproximação com os países da região e especialmente com os da África Austral - através da política Détente - relações comerciais e ajudas financeiras. Em contrapartida, as nações tinham que aceitar o regime racista. A estratégia do governo surtiu efeitos: Lesoto, Suazilândia, Malawi e Madagascar aceitaram a condição da RAS e restabeleceram contatos com o país. Hastings Kamuzu Banda, Presidente do Malawi, argumentou que o país carecia de ajuda devido ao alto nível de pobreza. Por outro lado, alguns estados africanos não aceitaram tais condições e a OUA condenou nações que restabeleceram relações com a RAS (BRANCO, 2003).

As independências de Angola e Moçambique, em 1975, provocaram mudanças regionais. A RAS começou a encarar as independências de seus vizinhos como grande ameaça ao *apartheid*, principalmente a Independência de Angola, uma vez que o país recebia ajuda de países comunistas (URSS E CUBA) que eram inimigos do regime *apartheid*. Nesse mesmo período, foram implementadas sanções econômicas que geraram enormes problemas na economia da RAS, além da crise do petróleo. Diante dessa situação, Vorster mudou as diretrizes da política externa, que passou a ser mais intervencionista e ofensiva. A RAS interveio na guerra angolana, mas acabou sendo derrotado pelos angolanos com ajuda dos soldados cubanos. A derrota da República da África do Sul enfraqueceu muito o regime, colocando em xeque a superioridade militar que era muito temida na região (BRANCO, 2003).

Como é apontado por Branco (2003), diante dos problemas que o país enfrentava nas esferas interna, regional e internacional, a melhor maneira de responder a esse dilema, era mudar o seu quadro diplomático, o que ocorreu com a saída de Vorster e entrada do P. W. Botha. Na sua gestão, Botha implementou novas reformas para aliviar a péssima imagem que o país tinha nos cenários internacional, e militarizou o governo.

Durante este período, o SSC tornou-se uma fonte de formulação da política externa. Isto implicou uma ascendência dos militares, e do Ministério da Defesa liderado pelo General Magnus Malan, sobre os diplomatas, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros liderado por Roelof “Pik” Botha. Esta transformação contou com a concordância do Primeiro-Ministro Botha, o que na prática fez com que o Conselho de Ministros, em muitos aspectos, se limitasse a assinar decisões de política externa emanadas do SSC. Esta ascendência dos militares sobre a política externa, fez-se sentir, sobretudo, nos assuntos relativos à África Austral. (BRANCO, 2003, p.158).

A estratégia de militarização tinha como objetivos, enfrentar os problemas internos e, principalmente, regionais. As independências de Moçambique e Angola e as derrotas das forças armadas da RAS em Angola, tornaram-se prioridade da nova diplomacia sul-africana. A reforma do regime visava apenas mostrar à comunidade internacional as mudanças que o regime estava a impor. Apesar de eliminar algumas leis racistas Botha não obteve sucesso em seu trabalho. A comunidade internacional e, principalmente a ONU, queria mudanças profundas, ou seja, o fim do regime *apartheid* e não pequenas concessões. Assim como os seus antecessores, Botha não conseguiu criar uma política externa que solucionasse o problema do país e a única saída era o fim do regime *apartheid*, que se concretizou no último governo do regime segregacionista, comandado por Frederik Willem De Klerk (BRANCO, 2003).

A ascensão do último presidente do *apartheid*, marcou o início de uma nova política externa sul-africana, com as mudanças promovidas De Klerk.

Para salvar a imagem do país, De Klerk, precisava resolver o maior problema que afligia a política externa sul-africana, o *apartheid*. Era preciso desativar por completo o regime de segregação racial, ou seja, acabar com as doutrinas que davam sustentação ao regime. De Klerk sabia que esse era o único caminho de limpar a imagem negativa do país perante o mundo. Assim que tomou as rédeas do país, De Klerk revogou todas as leis racistas, soltou os presos políticos, entre eles o seu futuro adversário nas próximas eleições democráticas, Nelson Mandela, legalizou todos os partidos que faziam oposição ao governo (VISENTINI e PEREIRA, 2010).

No âmbito externo, De Klerk iniciou várias viagens, com o propósito de revogar as sanções impostas à África do Sul. As suas viagens surtiram efeitos positivos, mas não foram suficientes para derrubar todas as sanções que foram impostas ao país. As sanções só seriam derrubadas, caso o regime *apartheid* fosse extinto. De Klerk não colocou um ponto final no *apartheid*, apenas mudou a base que dava sustento ao regime, as doutrinas racistas. Por isso, muitas sanções permaneceram e alguns países, especialmente os da África Austral só se reaproximaram da RAS, depois que Mandela chegou ao poder (PEREIRA, 2012).

4.7 Nelson Rolihlahla Mandela

Nascido em 18 de julho de 1918 em Mvezo, África do Sul, Mandela tornou-se uma das personalidades mais conhecidas no mundo, por conta da sua incansável luta pelos direitos da população negra sul-africana. É impossível falar sobre a história da África do Sul e não citar Mandela. Apesar de ser uma das figuras mais importantes nas lutas pelos direitos do seu povo, Mandela não teve uma vida fácil.

De acordo com Pereira (2012), um dos primeiros passos de Mandela na vida política foi a criação da Liga Jovem do Congresso Nacional Africano em 1944, antes do regime racista subir ao poder, mas a sua luta começou desde a colonização europeia. O protagonismo de Nelson Mandela se deu depois que o Partido Nacional chegou ao poder e criou leis racistas que encurralaram a população negra. Como forma de combater o regime, o CNA criou a força armada Umkhoto we Sizwe (MK).

Segundo Oliveira (2010), Mandela começou a destacar-se dentro do MK e como um dos líderes do movimento, ele desempenhava funções mais importantes. Foi responsável por conseguir apoio da URSS, coordenava ataques, sabotagem e greves contra o governo. O MK não era uma organização terrorista, nem realizava ataques contra seres humanos. O objetivo do grupo era prejudicar o funcionamento do governo e afastar quaisquer tipos de investimentos externos ao país. Na sua obra Mandela explica as finalidades do movimento.

Na Umkhoto, sempre procuramos chegar à liberdade sem derramamento de sangue e sem guerra civil. Mesmo nesta hora tardia esperamos que nossos atos iniciais acordem todos para que percebam a situação desastrosa para a qual o Partido Nacionalista está nos levando. Nossa esperança é levar o governo e todos que o apoiam a cair em si antes que seja tarde demais, de modo que o governo e as táticas governamentais mudem antes de sermos levados ao estágio desesperado de uma guerra civil (MANDELA, *apud*, OLIVEIRA, 1995, p. 235).

Sob a liderança de Mandela, o MK realizou vários ataques ao governo, o movimento estava disposto a enfrentar o regime racista até as últimas consequências, ou seja, até que houvesse mudanças no país. Como resposta, o governo colocou um espião dentro da oposição para descobrir as estratégias do MK e os seus líderes. Foi assim, que o regime conseguiu dismantelar o MK e prender várias pessoas, entre elas Nelson Mandela (OLIVEIRA, 2010).

Durante o julgamento de Mandela, o governo o acusou de vários crimes, entre eles, traição, terrorismo e envolvimento com o Partido Comunista, que era inimigo mortal do governo. A estratégia era mostrar Mandela como um sujeito muito perigoso para o país, e puni-lo com rigor e exterminar por completo os movimentos que eram liderados por ele. Na sua defesa, Mandela alegou que todas as acusações contra ele eram falsas, e que o objetivo do MK, era lutar contra os males do governo e não contra o país e os cidadãos, Mandela era a favor de um país multirracial, onde todos deveriam ter os mesmos direitos. Mesmo sem provas, Mandela foi condenado à prisão perpétua (OLIVEIRA, 2010).

Mandela passou 27 anos na prisão e tornou-se o preso político mais famoso do mundo. A sua prisão acabou por torná-lo a figura mais importante da África do Sul. Quando o *apartheid* estava em declínio, Botha o penúltimo presidente do *Apartheid*, recorreu a Mandela que ainda encontrava preso, para tentar salvar o regime. Porém, as negociações não produziram resultados, porque Mandela queria o fim do regime, e não apenas algumas mudanças. Quando De Klerk assumiu a presidência da RAS, autorizou liberdade a Mandela em 1990 e abriu caminho para negociações, o que não foi fácil para ambas as partes. Mas conseguiram chegar a um acordo para realização de novas eleições que terminaram com a vitória de Nelson Mandela (PEREIRA, 2012).

De acordo com Stengel (2010), Mandela era visto pelo povo como um guerreiro por contas das suas incansáveis lutas pela liberdade, mas era considerado pelo regime como um terrorista. Mandela queria mudar a história do seu país, tornando-se símbolo da luta contra o ódio. A prisão despertou a sua visão sobre a natureza humana e não o transformou em uma pessoa rancorosa.

Stengel (2010) lembra que os prisioneiros eram tratados como animais, sofriam vários tipos de castigos, e não possuíam nenhum tipo de direitos. Depois de 27 anos mantido na prisão, Mandela foi posto em liberdade. Foi o marco do fim de um regime onde os negros eram considerados inferiores aos brancos e, em 1993, recebeu o prêmio Nobel da Paz, por conta da

sua luta. Em 1994 foi eleito o primeiro presidente negro da África do Sul, sendo um dos maiores responsáveis pelo fim do regime segregacionista no país e também pela reconciliação.

5. A Política Externa Sul-africana na Era Mandela (1994-1999)

5.1 As Primeiras Eleições Democráticas Multirraciais Sul-africana

Depois de muitas negociações complicadas entre o último governo do regime *apartheid* liderado por De Klerk e Nelson Mandela, finalmente ambos os lados chegaram a um acordo, para realização de novas eleições. Então, foram realizadas as primeiras eleições multirraciais, em 27 de abril de 1994, dia histórico para o país. Todos (negros, mestiços e indianos) poderiam exercer seus direitos eleitorais para escolherem livremente seus representantes. (OLIVEIRA, 2010).

Além da participação de toda a população sul-africana, as novas eleições foram marcadas também pela participação de vários partidos políticos. No dia 6 de maio foram divulgados os resultados das eleições presidenciais. O Partido de Nelson Mandela (ANC), saiu vitorioso das eleições, conquistando 62,65% dos votos, derrotando o seu principal adversário, o NP. Apesar de sair vitorioso das eleições presidenciais, o ANC precisava de dois terços de votos, que equivale a 67% para governar o país sem fazer coligação com outros partidos (VISENTINI e PEREIRA, 2010).

A constituição previa que, caso o partido não conseguisse atingir dois terços dos votos, o segundo partido mais votado, poderia indicar um segundo Vice-Presidente para compor a chapa com o partido vencedor, porém, esse partido tinha que ter no mínimo 20% dos votos. Por isso que, quando Mandela assumiu o cargo de Presidente da RAS, ele tinha como vice Thabo Mbeki e o F. W. De Klerk. Para Brites e Padilha (2017), por não ter atingido dois terços de votos gerais, Mandela teve que ceder o cargo de Vice-Presidente ao último chefe do regime *apartheid*. Mandela não conseguiu votos suficientes para formar um governo sem a presença de outros partidos.

Partindo dessa lógica fica claro o motivo pelo qual muitos dos problemas do antigo regime foram mantidos no governo Mandela. Mesmo saindo derrotado das eleições presidenciais, o NP conseguiu um dos seus objetivos, manter sua influência no próximo governo, garantindo os privilégios e os interesses da população branca, representada por De Klerk (VISENTINI e PEREIRA, 2010). Para Brites e Padilha (2017), não houve uma ruptura por completa com as estruturas do *apartheid*.

As figuras a seguir mostram-nos como foi a votação, como as questões raciais influenciam muito nas escolhas dos representantes que iriam governar o país.

Figura 3- Resultado de Eleições de 1994

Resultados das Eleições de Abril de 1994.			
Distribuição de Deputados			
Partido	Votos	% Nacional	Nº Deputados
ANC	12.237.655	62.65 %	252
NP	3.983.690	20.39 %	82
IFP	2.058.294	10.54 %	43
FF	424.555	2.17 %	9
DP	338.426	1.73 %	7
PAC	243.478	1.25 %	5
ACDP	88.104	0.45 %	2
AMP	34.466	0.18 %	0
AMCP	27.690	0.14 %	0
DPSA	19.451	0.10 %	0
FP	17.663	0.09 %	0
MF	13.433	0.07 %	0
SOCCER	10.575	0.05 %	0
ADM	9.886	0.05 %	0
WRPP	6.434	0.03 %	0
XPP	6.320	0.03 %	0
KISS	5.916	0.03 %	0
WLP	4.169	0.02 %	0
LUSO-SA	3.293	0.02 %	0
TOTAL	19.533.498	100%	400

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC), (BRANCO, p.217-218).

A figura das eleições de 1994 mostra que a maior parte da população sul-africana desejava a mudança do governo. O ANC foi o grande vencedor, conquistando pouco mais de 12 milhões de votos, o que lhe garantiu 252 cadeiras de deputados. A maioria desses votos, veio da população negra, em contrapartida, recebeu poucos votos, de outras raças. Já o segundo partido com maior número de votos foi o NP, que se saiu muito bem, apesar de não ser o vencedor das eleições, obtendo quase 4 milhões de votos.

Figura 4 - Percentual de Votos Aferidos na Eleição pelo ANC

CONSTITUIÇÃO RACIAL DO VOTO DO ANC ⁴⁷⁵		
Comunidade	% do Total de votos do ANC	Votos Aproximados
Negra	94% *	11.5 milhões
Mestiça	4%	0.5 milhões
Indiana	1.5 %	150 mil
Branca	0.5 %	50 mil
Total	100 %	12.2 milhões

Fonte: Branco, *apud* Andrew Reynolds: The Results, p. 191.

A Figura 4, mostra que a maioria dos votos conquistados pelo ANC foram provenientes da população negra, 94%. Já em relação a outras raças, o desempenho do partido foi muito baixo, com apenas 6% dos votos conquistados nas comunidades não negras. Veja-se a seguir o desempenho do partido racista:

Figura 5 - Percentual de Votos Aferidos na Eleição pelo NP

CONSTITUIÇÃO RACIAL DO VOTO DO NP ⁴⁷⁸		
Comunidade	% do Total de votos do NP	Votos Aproximados
Branca	49 %	1.9 Milhões
Mestiça	30 %	1.2 Milhões
Negra	14 %	0.5 Milhões
Indiana	7 %	300 Mil
Total	100 %	3.9 Milhões

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC). <http://www.elections.org.za>

Mesmo saindo derrotado por seu maior rival nas eleições de 1994, o resultado obtido pelo partido responsável pela criação do *apartheid* foi positivo. Como mostra a figura 5, o

partido racista conseguiu um feito espantoso, arrecadou 2 milhões de votos dos eleitores não brancos. A maioria dos mestiços e indianos votaram no NP. O fato mais curioso é que o NP conseguiu obter mais votos dos eleitores não-brancos do que os seus próprios eleitores brancos.

5.2 Os desafios Internos da África do Sul pós *Apartheid*

Um dos maiores objetivos do novo governo liderado por Nelson Mandela, era reconstruir a África do Sul em todos os seguimentos, para acabar com a pobreza, desigualdades sociais - que era extremamente alta - desemprego, melhorar os setores da educação e saúde que eram precários, construir habitações, fornecer água potável e garantir acesso à energia para a população, principalmente os negros. Além disso, Mandela tinha uma enorme tarefa para resolver, a grave crise econômica que o *apartheid* deixou. “Quando o CNA subiu ao poder, herdou um Estado falido, ao mesmo tempo que teve de lidar com a expectativa dos grevistas e dos desempregados.” (PEREIRA, 2012, p.141).

Assim que foi formado o novo governo, a prioridade máxima foi a implementação do plano *Reconstruction and Development Programme* (RDP). O RDP tinha como objetivo, dar respostas às heranças maléficas que o governo racista havia deixado. Para que o plano funcionasse era necessário mobilizar a sociedade e todos os recursos existentes para colocar fim aos males que o regime deixou e construir uma nação democrática e multirracial, livre de qualquer tipo de discriminação (OLIVEIRA, 2010).

Para colocar o plano em ação, fazia-se necessário conhecer os níveis de vida de toda a população sul-africana. De todas as raças que existiam na África do Sul, os brancos eram os que viviam em melhores condições, gozavam de todos os serviços básicos essenciais de qualidade, diferentemente dos negros, que viviam em condições precárias (OLIVEIRA, 2010).

Perante esta realidade, o RDP visava dois objetivos essenciais: “(i) a diminuição da pobreza e (ii) a reconstrução da economia.” (BRANCO, 2003, p.226).

As metas que o RDP implementou acabaram por gerar discórdias dentro do próprio governo. Para uns, o RDP não visava um crescimento acompanhado de desenvolvimento. O crescimento econômico sem desenvolvimento acabaria por aumentar a desigualdade e a pobreza. O sucesso do plano dependia muito das políticas adotadas e conduzidas pelo governo, ou seja, cabia ao governo atuar como líder e arranjar meios para que o crescimento econômico

e o desenvolvimento social caminhassem simultaneamente na mesma proporção (BRANCO, 2003).

De acordo com Oliveira (2010), o governo colocou o plano em prática em meados de 1995. Sob a tutela do Departamento de Serviços Públicos e Administração, o RDP era amplamente apoiado pela população negra, mas enfrentou barreiras por parte da população branca:

O governo deparou com enormes problemas dentro do próprio sistema público. O novo governo encontrou dificuldades também no que diz respeito ao funcionalismo público que contava com cerca de 85% de homens brancos nos cargos de chefias, o que representava um problema para o ANC e as reformas propostas (OLIVEIRA, 2010, p.32).

Além disso, o plano precisava de financiamento para sua implementação, o que levou o governo a tirar verbas de determinados setores (Defesa e Agricultura), para investir no plano. A diminuição das verbas destinadas a esses setores, implicou na demissão de vários funcionários, além de limitar seu funcionamento (BRANCO, 2003).

Por outro lado, o governo sofria com a corrupção em diversos setores dos sistemas públicos, o que acabou por frustrar as metas do RDP:

O Ministro Jay Naidoo, responsável pelo RDP, foi destacado para outras funções e toda a estrutura do RDP foi colocada sob controle direto do Vice-Presidente Thabo Mbeki. Parte da explicação para os fracos resultados do RDP teve a ver com a pouca capacidade de resposta por parte das administrações provinciais, responsáveis pela implementação de muitos dos programas do RDP. A falta de experiência de quadros, a burocracia, a incompetência e choque entre vários departamentos governamentais puseram em causa os objetivos do RDP, implicando que, muitas vezes, as verbas disponibilizadas pelo governo central ficassem por aplicar (BRANCO, 2003, p.229).

Mesmo contendo metas ambiciosas, o RDP não conseguiu alcançar o objetivo almejado pelo governo. Como forma de minimizar o fracassado plano, o governo introduziu em julho de 1996 o programa econômico, *Growth Employment and Redistribution* (GEAR). A implementação do GEAR, visava “criar uma economia competitiva que permitisse um rápido crescimento que possibilitasse alcançar as metas estabelecidas pelo RDP” (BRANCO, 2003, p.230). Assim como o RDP, o GEAR também dividia opiniões pois, para a oposição, o governo foi pressionado pelas instituições internacionais (Bretton Woods) na criação de um novo plano econômico. O GEAR era visto pela oposição como uma manobra do governo para mudar o rumo dos acontecimentos, colocando em perigo os objetivos do RDP. Tanto o RDP como o

GEAR, tinham as mesmas metas: diminuir a pobreza por meio do crescimento econômico (BRANCO, 2003).

Assim como o RPD, o GEAR não conseguiram suprir as metas que lhes foram confiadas. O PIB do país cresceu muito abaixo do que se havia planejado, houve pouco investimento tanto no âmbito interno como no externo, a queda do preço de um dos principais produtos de exportação sul-africana, o ouro, dificultou muito o avanço do plano. O GEAR não trouxe bons resultados para o governo e, em vez de criar postos de trabalhos e diminuir a pobreza, o plano elevou os números de desempregados e dos pobres (BRANCO, 2003).

No plano interno, o governo liderado por Nelson Mandela não conseguiu eliminar por completo as heranças herdadas do *apartheid*, e houve pouco avanço, nas pautas estabelecidas pelo governo. A maioria da população negra, continuou a viver na pobreza, diferentemente dos brancos que conseguiram manter seus privilégios. Mesmo com o término do regime racista, os problemas herdados do *apartheid* ainda eram muito presentes no governo Mandela que, apesar de lançar planos para conter esses males, não conseguia atingir os resultados esperados. A população negra continuou a ser vítima dos antigos males do regime *apartheid*.

Apesar do fim do regime, o governo de Mandela ainda via a desigualdade crescer em seu país, o alto nível de desemprego atingia os negros que, devido às políticas desenvolvidas no regime do *Apartheid*, possuíam baixa escolaridade e encontravam dificuldades em obter seu espaço no mercado de trabalho (BRITES e PADILHA, 2017, p.168).

A Figura 6, a seguir, descreve o quadro da situação interna da África do sul, após o fim do mandato de Mandela.

Figura 6 - Resultados do RDP 1994-2000

Resultados do RDP, 1994-2000	
Abastecimento de Água	4 milhões de pessoas obtiveram acesso a água potável
Abastecimento de Electricidade	1.5 milhões de novas ligações
Novas Linhas telefónicas	4.2 milhões de novas linhas
Novas Habitações	900 mil novas casas
Cuidados de Saúde	600 novas clínicas. Serviços de saúde gratuitos para crianças até aos 6 anos e para as mulheres grávidas
Alívio da Pobreza	3 biliões de randes aplicados

Fonte: RDP Development Monitor, in: Africa Recovery, vol, 14 n° 4, January 2001, apud, BRANCO, p. 14.

Os dados da figura 6 não retratam a verdadeira realidade do país, apesar dos números representados indicarem resultados positivos. Segundo Branco (2003), em 1999, oito milhões de pessoas estavam à espera de abastecimento de água. As habitações construídas careciam de estruturas decentes. Mesmo focado em construir um país, onde todos teriam acesso aos bens mais básicos para sobrevivência, a realidade é que o governo Mandela não conseguiu alcançar as metas estabelecidas (BRANCO,2003).

A África do Sul continuou a conviver com os dos piores dilemas que assombram o país durante o regime racista: a desigualdade e a pobreza.

A tabela a seguir, vista na Figura 7, é um exemplo da realidade sul-africana no fim do governo Mandela.

Figura 7 - Comparação Racial das Condições Económicas e Sociais

Comparação Racial das Condições Económicas e Sociais					
	% Pobres	% Desemprego	Acesso Cuidados Saúde	Electricidade em Casa	Acesso a Água Potável
Negros	61	42.5	15	31	27
Mestiços	38	20.9	26	76	72
Indianos	5	12.2	29	99	98
Branços	1	4.6	78	98	96

Fonte: Ernest Harsch:, apud, BRANCO, *South Africa Tackles Social Inequities*, p. 13.

É possível observar a realidade econômica e social da sociedade sul-africana após o governo Mandela, na tabela 7. A diferença entre os indicadores é absolutamente elevada. O nível de vida que a população branca ostentava não se equipara aos dos negros, que continuaram a viver e sofrer com as heranças deixadas pelo *apartheid*. Segundo Branco (2003), essa realidade era um grande perigo que estava em formação para o futuro do país. Mandela fez um apelo à população branca em sua despedida como Presidente, afirmando que caso essa situação permaneça, os grupos mais privilegiados estariam correndo sérios riscos.

É importante destacar que o grande responsável pela condução do país no âmbito interno foi o Vice-Presidente Mbeki. Mandela dedicou grande parte do seu governo aos assuntos internacionais. “Na verdade, durante o governo Mandela, o vice-presidente Mbeki foi quem, efetivamente, controlou a máquina governamental, pois o presidente se dedicou mais à agenda política, especialmente internacional.” (VISENTINI e PEREIRA, 2010, p. 68).

5.3 A União do País através da Criação da Comissão da Verdade e Reconciliação

O fim do regime racista deixou o país ainda mais dividido, prova disso foram as eleições de 1994, quando a maioria dos eleitores votaram nas suas respectivas raças. Era visível ainda na RAS a separação entre as raças. Portanto, era preciso ultrapassar esse obstáculo para a construção de um novo país.

Para resolver esses problemas que o antigo regime havia deixado, o governo liderado por Nelson Mandela realizou, segundo Albuquerque (2015), duas conferências que visavam unir o país e, em 1995 o Congresso Sul-africano deu parecer favorável ao Ato de Promoção da Unidade e Reconciliação, que foi responsável pela criação da Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR), conduzida por arcebispo anglicano Desmond Tutu e um grupo de Sul-africanos imparciais sem vínculos partidários. A criação do CVR era extremamente fundamental para melhorar o relacionamento, superar traumas, medos e principalmente as desconfianças que existiam entre negros e brancos (OLIVEIRA, 2010).

As Comissões de Verdade servem para o reconhecimento e compreensão de um passado conflituoso marcado por violações de direitos humanos. A verdade e o reconhecimento do passado ajudam a estabelecer uma ponte para o futuro, criando uma memória coletiva e uma cultura de debate e de direitos humanos, por oposição à anterior cultura de impunidade. (FELIPE, *apud*, OLIVEIRA, 2010, p.1)

A África do Sul necessitava muito dessa comissão para o seu desenvolvimento e principalmente para sua jovem democracia. E para iniciar uma investigação ampla que abrangesse todas as áreas em que o *apartheid* deixou feridas, a CVR criou cinco pontos: a verdade, o perdão, a anistia, o reconhecimento e a restauração. Esses cinco pontos estavam vinculados a três comitês criados pelo CVR: Violação dos Direitos, Anistia e a Reparação e Reabilitação (OLIVEIRA, 2010).

Cada um dos três comitês criados tinha a sua função, como é apontada por Visentini e Pereira (2010):

Comitê de Violação dos Direitos Humanos, responsável por investigar os abusos aos direitos humanos que ocorreram entre 1960 e 1994; Comitê de Anistia, que considerava as candidaturas à anistia daqueles indivíduos que estivessem de acordo com as exigências do Ato de Anistia; e, Comitê de Reparação e Reabilitação, encarregado de “restaurar” a dignidade das vítimas e formular propostas de assistência para a reabilitação. (VISENTINI e PEREIRA, 2010, p.72)

É importante destacar, que o CVR não foi criado para perseguir ou vingar qualquer cidadão que cometeu crimes durante o regime *apartheid*, pelo contrário, como já foi destacado, o CVR estava empenhado nas buscas pela verdade e compensar as vítimas dos antigos governos, focando sempre na reconciliação. O objetivo era superar o mal e preparar um futuro livre dos atos que ocorreram no passado (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Albuquerque (2015), a CVR foi pautada nos princípios cristãos e nas crenças africanas *ubuntu*, que enfatizava que os seres humanos são merecedores de perdão, já que todos somos iguais. Por isso é importante perdoar o semelhante para construção de um país livre de vingança.

Apesar da iniciativa do governo em promover a paz e reconciliação do país através da CVR, houve muitas críticas na forma como a CVR foi conduzida e principalmente os métodos utilizados para chegar ao seu objetivo, que era a verdade e reconciliação.

Para Hollanda (2013), a questão da anistia que o governo concedeu aos cidadãos que cometeram crimes políticos passavam uma visão de impunidades. Vários segmentos da sociedade sul-africana demonstraram suas insatisfações com a CVR. As famílias das vítimas, as vítimas do *apartheid*, as ONGs, todos eram contra os métodos utilizados pelo CVR, principalmente no que se refere à questão da anistia, que eram concedida aos criminosos políticos. Perante essa situação, os segmentos inconformados com a CVR buscaram outras vias, para que justiça fosse feita e os culpados fossem de fato punidos. Porém a tentativa de levar o caso aos órgãos judiciais não surtiu efeito porque, quando o Congresso aprovou a criação da CVR, ficou estabelecido que os atos que envolvessem processos judiciais não faziam parte do propósito da comissão, uma vez que o órgão não possuía poderes de punir judicialmente. De acordo com Hollanda (2013), a anistia concedida aos criminosos políticos, além de deixar um ar de impunidade, feriam os princípios da justiça civil, criminal e os próprios Direitos Humanos.

Segundo Felipe (2020), muitos observavam a questão da anistia como uma troca de favor, ou seja, os criminosos políticos eram induzidos a falar a verdade e, em troca, não recebiam punições, eram recompensados com anistia. Diferente do Comitê para Indenização e Reabilitação e o Comitê de Violação, o Comitê da Anistia era o órgão mais importante dentro da CVR pois, detinha poderes de implementação. Por ser órgão de mais destaque, foi também a que mais recebeu críticas pela sua forma de atuação.

Por outro lado, os apoios destinados às vítimas do antigo regime, por meio de tratamentos psicológicos e indenizações, não foram satisfatórios. Esses suportes não eram

suficientes para solucionar os males que as vítimas sofreram por décadas. Os valores das indenizações eram muito baixos, não serviam para quase nada e às vezes as indenizações demoravam a ser pagas pelo governo. Contudo, uma das críticas que mais perduram até hoje é, por quê a Comissão sul-africana não seguiu os passos de processos semelhantes como o caso de julgamento de Nuremberg? (OLIVEIRA, 2010).

Mesmo sendo alvo de inúmeras críticas, a CVR, constituiu um passo muito importante para a nova África do Sul, apesar dos erros, deixando vários pontos positivos. A CVR foi transmitida por canais televisivos, atraindo uma das maiores audiências do país. Houve forte participação da sociedade civil, ONGs, e outras entidades internas e externas (OLIVEIRA, 2010).

Um dos pontos mais importantes da comissão e seu maior contributo para a história da África do Sul, “foi a criação de registros e memórias dos acontecimentos sobre os abusos do *apartheid* em que se estimulou uma cultura de direitos humanos e uma cultura de debate.” (FELIPE, 2020, p.12-13).

A CVR conseguiu atingir a sua meta, apesar de muitos embates, inclusive dentro dos próprios membros do ANC. O relatório final sobre as investigações foi concluído e entregue ao Presidente da República em 1998 (FELIPE, 2020).

5.4 De Volta a Arena Internacional: A Era Mandela

Após, várias décadas isolada da comunidade internacional por conta das condutas do antigo regime, a história da África do Sul estava prestes a mudar ainda no começo dos anos de 1990, quando o *apartheid* começou a ser desmontado por De Klerk. O país começou a derrubar os muros do isolamento, mas, a RAS só voltaria ao convívio mundial, depois que houve transição completa, que culminou com a vitória do ANC nas eleições de 1994. A subida de Mandela ao poder, mudou completamente a imagem e principalmente o relacionamento da RAS com o resto do mundo. A comunidade internacional começou a enxergar a nova RAS com outros olhos (VISENTINI e PEREIRA, 2010).

Antes de vencer as eleições de 1994, Mandela já tinha definido os pilares de sua política externa. Os desafios eram enormes, uma vez que o país passou por momentos mais conturbados, com uma imagem extremamente negativa por conta dos atos do antigo regime. Uma das maiores metas do governo Mandela era preparar a nova África do Sul para um cenário pós

apartheid. Diante desse novo desafio, Mandela escreveu um artigo que foi publicado na revista *Foreign Affairs*, que explicava como seria a nova diplomacia do RAS, antes de se tornar Presidente da República (BRITES; PADILHA, 2017).

O artigo escrito por Nelson Mandela em 1993, sobre a nova diplomacia Sul-africana, enfatizava que:

Os pilares nos quais serão baseados nossa política externa são as seguintes crenças: (1) que os assuntos de direitos humanos são centrais para as relações internacionais e uma compreensão de que eles se estendem além do político, abrangendo também o econômico, o social e o ambiental; (2) que soluções justas e duradouras para os problemas da humanidade pode apenas acontecer através da promoção da democracia em todo o mundo; (3) que considerações de justiça e respeito por leis internacionais deveriam guiar as relações entre as nações; (4) que a paz é um objetivo pelo a qual as nações deveriam convergir, e onde isso não acontece, mecanismos estabelecidos e não-violentos, incluindo regimes efetivos de controle de armas, devem ser empregados; (5) que as preocupações e os interesses da África devem estar refletidos em nossas escolhas de política externa; (6) que o desenvolvimento econômico depende da crescente cooperação econômica regional e internacional em um mundo independente. Estas convicções contrastam com a forma em que, durante quase cinco décadas, o *Apartheid* na África do Sul conduziu desastrosamente suas relações internacionais (MANDELA, apud, BRITES e PADILHA, 1993 p. 87)

Além dos pilares definidos em 1993, quando Mandela ocupava a presidência, outras metas foram adicionadas na diplomacia sul-africana, o multilateralismo, o respeito pela soberania de outras nações, e a resolução dos conflitos sempre por meios não violentos (OTAVIO, 2015).

Para Mandela, os pilares que orientaram sua política externa eram uma forma de dar resposta às décadas de conturbações que o antigo regime deixou como herança. África do Sul tinha um enorme trabalho a realizar na esfera mundial, principalmente no âmbito regional (GALLAS, 2017).

É importante reafirmar que o governo liderado por Mandela não governava sozinho, apesar de ser o grande vencedor das eleições de 1994. Por não conseguir atingir dois terços de votos, Mandela teve que ceder o cargo de Vice-presidente ao seu maior adversário político, o NP de De Klerk, último líder do governo racista. Além de formar governo com seu aliado PAC, Mandela tinha obrigação de acomodar o partido racista dentro do seu governo. Por isso, o governo de Mandela era chamado de Unidade Nacional (RIZZI; SCHÜTZ, 2014).

Apesar do governo Mandela significar uma nova era para a África do Sul, a política do país ainda apresentava antigos atores *pró-Apartheid*, com poder de influência na formulação de políticas públicas (BRITES; PADILHA, 2019, p. 60).

Fica evidente a presença do *apartheid* na nova era sul-africana, ou seja, não houve uma ruptura definitiva com os antigos autores que governavam o país. A era Mandela tinha que conviver com esses cenários, governar junto com quem ele havia lutado contra, no passado. Mandela sabia que os desafios eram enormes, era preciso assumir responsabilidades e ultrapassar as barreiras, para o nascimento de uma nova África do Sul, uma vez que o mundo estava em completa mudança (BRAGA, 2014).

O primeiro elemento a ser abordado na política externa sul-africana são os Direitos Humanos. Para Smith (2009) de todos os pilares definidos por Mandela, os Direitos Humanos foi um dos que mais ganhou destaque na sua governação. Antes de ocupar o cargo como Presidente, Mandela já fazia declarações sobre a garantia dos Direitos Humanos. Como é sabido, o país foi um dos maiores violadores dos Direitos Humanos durante o regime segregacionista, foi também o cerne de várias discussões na ONU, por conta das violações dos Direitos Humanos. Por isso, essa pauta assumiu prioridade na agenda política de Mandela, enquanto ele foi Presidente da RAS.

Durante seu mandato, Mandela colocou em foco suas pautas relacionadas aos Direitos Humanos. Segundo Braga (2014), seu governo foi responsável pela assinatura e ratificação de vários acordos sobre o regime internacional dos Direitos Humanos. Dentre esses acordos, são mencionados:

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanas ou Degradantes e a Convenção sobre os Direitos das Crianças, e também aderiu a sistemas regionais de direitos humanos, como a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e seus principais instrumentos (Convenção dos Refugiados, Protocolo das Mulheres, Carta da Criança, Carta Africana sobre a Democracia e Protocolo sobre o Estabelecimento do Tribunal Africano), além de assinar o Estatuto de Roma (ratificado em 2000, já no governo de Thabo Mbeki. (SILVA, apud, BRAGA, 2012, p.225).

Sem sombra de dúvidas, a defesa pelos Direitos Humanos no governo Mandela constitui a maior bandeira de sua política externa, e, claramente, o objetivo era construir um país pautado na defesa da vida. Por isso, “a África do Sul se prontificou a ser um arauto mundial na defesa da bandeira dos Direitos Humanos.” (BRAGA, 2014, p.16).

Em um dos seus discursos na ONU em 1998 Mandela disse:

O direito do ser humano é negado todos os dias para milhões de pessoas, como resultado da pobreza e falta de recursos básicos, como comida, emprego, água e abrigo, educação, cuidados com a saúde e um ambiente saudável. Enquanto estiver em Qunu, a minha aldeia, envelhecendo com as montanhas, vou continuar alimentando a esperança de que surgiu um grupo de líderes, no meu país e região, no meu continente e no mundo, que não vai permitir a negação a liberdade como foi negada a nós, que ninguém se refugie como nós e que ninguém seja condenado a fome como nós, que ninguém seja despedido da dignidade humana como nós (BELLINI, 2021).

Mandela tinha grandes propósitos com a defesa dos direitos humanos. Na sua administração, a RAS adotou embargos aos países violadores de Direitos Humanos. A África do Sul adotou sanções às exportações de armas para a Turquia em 1995. Por ser um dos países com maiores problemas nas questões dos direitos humanos, Mandela recusou fazer declaração junto com o ex-presidente do Irã em 1996, durante a sua visita à África, por ser um dos países violadores dos Direitos Humanos (BRAGA, 2014).

O governo Mandela estava muito comprometido com a defesa dos direitos humanos. A prova disso foram as medidas adotadas contra a Nigéria, por conta do seu regime ditatorial. “A administração de Mandela assumiu uma posição dura contra os regimes ditatoriais e opressores. Em 1996, Mandela apelou abertamente à imposição de sanções contra Sani Abacha da Nigéria.” (HADEBE, 2015, p.58, tradução nossa).

O pedido de sanções contra a Nigéria, que era um dos maiores adversários da África do Sul pela liderança do continente africano, se deu porque o governo nigeriano chefiado pelo ditador General Abacha, executou vários ativistas dos Direitos Humanos (BRAGA, 2014).

Apesar de se comprometer muito na defesa dos Direitos Humanos, o governo Mandela foi alvo de muitas críticas, por manter relacionamentos com países violadores dos direitos humanos, como Cuba, Líbia e principalmente Zimbábue, que era governado pelo ditador Robert Mugabe. É importante destacar, que os contatos com esses países, já existiam há muito tempo, ou seja, antes do partido de Mandela ganhar as eleições de 1994. Esses países foram os principais apoiadores e aliados na luta contra o *apartheid*, por isso governo sul-africano manteve as relações diplomáticas e comerciais (BRAGA, 2014).

Os contatos com os países violadores de Direitos Humanos foram o estopim para as críticas ao governo Mandela, que vinham de vários segmentos sociais, tanto interno quanto externo.

Mesmo muito focado nas questões dos Direitos Humanos, Mandela teve outros desafios para solucionar, ao longo do caminho. Um deles foi a questão econômica que assombrava o

país. A realidade econômica da África do Sul não era das melhores, por conta das sanções econômicas e o isolamento que o país havia sofrido por décadas, situação herdada do regime anterior.

O segundo elemento da política externa a ser abordado seria o multilateralismo. Um dos caminhos que o governo liderado por Mandela adotou para dar resposta à grave crise que assolava o país, foi a aposta no multilateralismo. “O então Ministro das Relações Exteriores, Alfred Nzo, certa vez indicou que a África do Sul está totalmente comprometida com o multilateralismo como ferramenta para garantir a seguridade social.” (HADEBE, 2015, p.64, tradução nossa).

O governo Sul-africano enxergava também o multilateralismo como uma forma de frear os perigos que a globalização representa para países menos desenvolvidos, como era o caso da RAS. A África do Sul passou muitas décadas isolada do convívio internacional, por conta do *apartheid*. Após a redemocratização, o país regressou aos palcos internacionais, recebendo boas-vindas de várias nações ao sistema internacional. Sob regime democrático, a RAS foi reintegrada em vários organismos interacionais e regionais, dos quais havia sido banida durante a era do *apartheid*. O país, voltou a fazer parte do Southern African Customs Union (SACU), Southern African Development Community (SADC), OMS, ONU, Organização da Unidade Africana (OUA), atual União Africana (UA), Commonwealth, Movimentos de Países Não Alinhados etc (HADEBE, 2015).

Além de apostar no multilateralismo como forma de voltar ao convívio internacional, Mandela optou também por seguir outras vias como o bilateralismo, mas o foco sempre foram as relações multilaterais. Mandela aproximou-se dos EUA e da Europa, buscando apoios para implementação de projetos internos. De acordo com Rizzi e Schütz (2014, p. 188), “a política externa de Mandela manteve a África do Sul próxima da Europa e dos EUA, como forma de ampliar os volumes da cooperação financeira, técnica e de assistência, necessária para o andamento dos programas internos postos em ação.”

O novo governo se integrou em várias instituições regionais e internacionais, porém, a organização a que o país deu mais preferência foi o *Southern African Development Community* (SADC). Antes de mudar de nome e estrutura devido à adesão de outros Estados africanos, a SADC era conhecida como SADCC, órgão que lutava contra os governos racistas no continente africano, dando apoio e suporte econômico a vários países africanos, inclusive à RAS. O SADCC era composto por Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Mas, após a conquista da independência que culminou com as

quedas de vários governos de minorias brancas no continente africano, como era o caso da RAS, o órgão mudou o seu formato. Com adesão de novos Estados, África do Sul em 1994, Maurício, Namíbia, República Democrática do Congo e Seychelles, o SADCC foi reformulado, alterou a sua estrutura e passou a chamar-se de SADC, por conta dos novos membros (OLIVEIRA, 2010).

Por ser um órgão formado apenas por países da África Subsaariana, Mandela resolveu apostar na SADC, pois o foco da política externa sul-africana estava direcionada para o espaço regional. Então, a entrada do país no bloco regional seria o primeiro passo do governo Mandela para a região.

Como já foi mencionado, a África do Sul é um país muito rico em recursos naturais. O país já foi um dos dez mais ricos do mundo segundo o FMI. Mesmo, enfrentando a grave crise econômica, fruto do *apartheid*, o país tinha uma das economias mais fortes do continente, sendo a mais avançada dentro do bloco regional, comparável apenas a Botsuana (OLIVEIRA, 2010).

A Figura 8 apresenta o peso da África do Sul para o bloco regional, SADC, estabelecendo uma comparação do antes e depois da integração das RAS.

Figura 8 - Comparativo produto Nacional Bruto em 1992

País, Bloco ou Região	PNB (mil milhões USD)	% do total do PNB	% do total do PNB
		africano	africano sem RAS
SADC sem África do Sul	28.286	10%	16%
África do Sul	106.190	38%	61%
SADC com África do Sul	134.476	48%	72%
Restante do continente africano	144.524	52%	83%
Continente africano sem África do Sul	17.981	62%	--
Total da África Subsaariana	279.000		--

Fonte: Esterhuysen, apud, Oliveira, 1994, p.14. apud Pereira, 2015, p.85.

Os números apresentados na figura 8, deixam evidente a importância que RAS tinha para o bloco e para o continente. A adesão da África do Sul mudaria o rumo do bloco, por conta

do seu peso econômico que era muito superior em relação aos seus membros. Por outro lado, a entrada da RAS foi uma conquista do país, uma vez que ela estava isolada por décadas.

Ainda com enormes problemas econômicos, RAS possuía uma economia muito mais forte em relação aos outros membros do SADC. A adesão do país no bloco trouxe vantagens para ambos os lados. A presença da RAS, aumentaria o mercado para comercialização dos produtos dos membros e garantiria mais segurança para a região, uma vez que a RAS detinha a força militar mais avançada da região, os investimentos na região aumentaram. E por fim, a presença da RAS elevou o nível do bloco econômica e politicamente, nos âmbitos regional e internacional. A figura de Mandela foi fundamental para o bloco, por conta da sua fama mundial (OLIVEIRA, 2010).

Em contrapartida, a África do Sul também tinha muito a ganhar com sua adesão ao bloco.

Os interesses sul-africanos em participar da SADC seriam os principais: a) aumento de mercado para seus produtos, ainda que com baixo poder aquisitivo, tratava-se de 120 milhões de pessoas; b) possibilidade de aumentar o investimento estrangeiro em seu território, com o objetivo de servir o mercado da SADC; c) melhores condições de segurança e estabilidade, que facilitariam seus planos de firmar-se enquanto potência regional (OLIVEIRA, *apud* PEREIRA, p.95).

A entrada da RAS na SADC, foi muito benéfica para ambos os lados, todos saíram a ganhar. No entanto, também havia desconfiança. O Presidente de Zimbábue temia muito a posição da RAS dentro do bloco por conta dos seus recursos e poder militar, que ainda era muito ligado ao *apartheid*. Apesar da transição, a sombra do *apartheid* estava impregnada no novo governo democrático. Nem todas as heranças do antigo regime foram suprimidas, alguns dos projetos do *apartheid* foram mantidos no governo de Mandela, como é o caso das forças armadas, que passou por poucas reformas (OLIVEIRA, 2010).

De todas as instituições, a força armada Sul-africana foi uma das que menos sofreu com as alterações, permanecendo quase intactas. O motivo de poucas alterações foi a falta de indivíduos negros com conhecimentos suficientes para comandar as forças armadas. Por isso, que a maioria dos oficiais das forças armadas sul-africana eram brancos, muitos já trabalhavam no antigo regime. Poucos negros conseguiram cargos de oficiais nas forças armadas da RAS durante o governo Mandela, por não terem experiência necessária para ocupar cargos de comando dentro da *South African Defense Force* (SADF) (OTAVIO, 2017).

Algumas heranças do antigo regime ainda estavam muito presentes e atuavam ainda no novo governo. Por isso, o Zimbábue demonstra certas preocupações com RAS dentro do bloco.

Contudo, era necessário existir equilíbrio dentro do bloco, uma vez que existe um abismo econômico muito grande entre os membros. Era necessário definir diretrizes para evitar o domínio de um dos membros em relação aos seus pares. O RAS tinha quase todos os instrumentos disponíveis para se tornar o líder do bloco. Essa era a maior preocupação do Presidente do Zimbábue. Porém, o próprio governo sul-africano deixou bem claro que o objetivo da RAS não era tornar-se em um ator hegemônico dentro do SADC. A África do Sul “Resolveu que seria guiado por princípios de igualdade, parceria comunal e tendências não hegemônicas como meio de implementação da política externa” (HADEBE, 2015, p.102, tradução nossa).

Foram várias as instituições internacionais, regionais de que o país se tornou membro desde que Mandela assumiu o governo. Durante sua gestão, a África do Sul aumentou muito seus números de diplomatas. De acordo com Rizzi e Schütz (2014), na gestão do De Klerk o país possuía um total de trinta representações diplomáticas no mundo inteiro, com Mandela, esse número apresentou um salto significativo. Em 1996 África do Sul contava com cento e vinte quatro representações diplomáticas, além de ser membro de 45 instituições internacionais.

Quando Mandela assumiu o cargo de Presidente da República deixou bem claro que a questão do continente africano seria um dos pilares mais importantes da política externa sul-africana. Mandela conhecia a realidade do continente, por isso, ele queria dar prioridade aos assuntos regionais.

O terceiro elemento da política externa do RAS era tornar-se representante do continente, e não um líder hegemônico. A atuação do governo Mandela no continente africano, começou através de parcerias multilaterais, os primeiros laços foram construídos quando o país começou a fazer parte de organismos regionais, UA, SADC etc. Mandela queria que RAS, tivesse mais presença e ação nas questões relacionadas ao continente. Antes de Mandela ascender como novo líder da RAS, o relacionamento do RAS com os países vizinhos era muito conturbado, o regime racista havia realizado várias intervenções no continente durante sua gestão. O primeiro passo do novo governo sul-africano, era implementar uma política regional, que visasse eliminar as desconfianças, suspeitas que os países vizinhos tinham em relação a RAS (BRITES e PADILHA, 2017).

Mandela desejava uma política regional africanista, para o continente, concentrado na defesa dos Direitos Humanos, democracia e integrar o continente no sistema internacional. Mandela queria que a África do Sul se tornasse um líder regional e não em um ator hegemônico, que atuasse em nome do continente, o continente passava por graves crises, instabilidades políticas e várias guerras. Mas, houve muitos obstáculos para que a África do Sul tornasse líder regional. Muitos países desconfiavam das intenções da nova África do Sul, mesmo sendo governado por Mandela. Por outro lado, assim como a RAS, Nigéria, Angola e Zimbábue também ambicionavam ser protagonistas do continente. A nova África do Sul não tinha aliados dispostos a ajudá-la a se tornar um líder regional (HADEBE, 2015).

Os países africanos não estão preparados nem dispostos a dar à África do Sul um papel de liderança. O grande problema da liderança é que ela exige seguidores, ou seja, para liderar você deve ser seguido. Isso explica porque a África do Sul não pode liderar, apesar de seu desejo e compromisso de liderar, faltam seguidores. (HADEBE, 2015, p. 57-58, tradução nossa).

O desafio de tornar-se líder regional estava cada vez mais longe, mesmo tendo melhores indicadores em relação aos outros países do continente. Contudo, para ser uma potência regional, o país necessitava de apoio de outros países da região, algo que a África do Sul não conseguiu, muito por conta do seu passado. Além desse entrave, a RAS e a Nigéria disputavam um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas para representar o continente, refletindo uma corrida no continente pela liderança (ABEGUNRIN, 2009).

Mesmo com clima de desconfiança, a África do Sul mantinha bom relacionamento com os países da região. Apesar de não conseguir consagrar-se como líder regional, Mandela manteve uma política reativa e defensiva, mas com um cunho ofensivo em determinadas situações (VISENTINI e PEREIRA, 2010)

O quarto elemento da política externa do governo foi a aposta no universalismo. Mandela apostou em política externa universal, buscando manter relacionamentos com todas as nações, inclusive com os Estados que eram vistos como párias e violadores de Direitos Humanos. Algo que rendeu muitas críticas a seu governo. A política externa universalista, era uma forma de buscar novas parcerias estratégicas, uma vez que África do Sul estava mergulhado em uma profunda crise econômica (OTAVIO, 2017).

O quinto elemento da política externa da era Mandela são os seus formuladores, ou seja, os autores da política externa.

Quando se fala da política externa sul-africana, a figura de destaque é Nelson Mandela, por conta da sua incansável luta pelos direitos dos povos sul-africanos. Mesmo sendo um dos principais atores na formulação da política externa sul-africana, Mandela contava com ajuda de outras instituições e da sociedade civil para a formulação da diplomacia da RAS, porém, seu prestígio ofuscava outros atores. Como é apontado por Hadebe (2015, p.77, tradução nossa), “na África do Sul, o presidente do país era a figura mais poderosa na formulação de políticas. Isso, porém, não significa que o presidente seja o único ator da política externa.”

Mandela deu mais preferência à política externa do que interna e a sua fama tornou-se em um elemento muito fundamental na política externa pois, além de ser um indivíduo de muito carisma, ele conseguia chamar atenção de diferentes segmentos, tanto nacionais como internacionais. Apesar de constituir um ponto positivo para o país, por outro lado a sua figura ofuscava outros autores, que eram também responsáveis nas definições e tomadas de decisões sobre os rumos que a diplomacia sul-africana deveria seguir (GALLAS, 2007).

Mandela era muito ativo nos assuntos que envolviam a política externa do país, a sua personalidade estava muito ligada aos assuntos internacionais.

Durante o reaparecimento da África do Sul nas relações internacionais, Nelson Mandela esteve na vanguarda desse processo. Ele se tornou o prisioneiro político mais famoso do Século 20 e, posteriormente, tornou-se o rosto da África do Sul nas relações internacionais. Foi seu perfil pessoal que ofuscou outros atores, como o ministro das Relações Exteriores (HADEBE, 2015, p.79, tradução nossa).

Além do presidente, o parlamento Sul-africano também atuava na política externa sul-africana. Cabia ao parlamento acompanhar a política exterior do país especialmente na formulação das diretrizes adotadas. As Organizações Não Governamentais (ONGs), as mídias, grupos religiosos, Universidades, *think tanks* e Sindicatos participavam nas tomadas de decisões política externa do RAS (HADEBE, 2015).

Os principais atores da sociedade civil que se engajaram na formulação da política externa sul-africana eram organizações não-governamentais e centros acadêmicos. Entre as entidades mais importantes estão a South African Institute of International Affairs (SAIIA), o Institute for Global Dialogue (IGD, antigo Foundation for Global Dialogue), o Institute for Security Studies (ISS, antigo Institute for Defence Policy), o Centre for Policy Studies, o Centre for International Political Studies e o African Centre for the Constructive Resolution of Disputes (GALLAS, 2017, p.25).

No novo governo democrático, todos os segmentos da sociedade poderiam participar e contribuir nos assuntos referentes à diplomacia do país. Mesmo que a figura de Mandela assombra outros autores, a política externa do RAS, estava aberta para participação de todos.

O último elemento da nova política externa a ser analisado é o conflito entre os departamentos estatais responsáveis pela sua operacionalização. Como é explicado por Hadebe (2015), além do Presidente e Ministros de Relações Exteriores, existem também departamentos estatais com papéis muito importantes na formulação da política externa.

A formulação da política externa não depende apenas do Presidente e Ministro das Relações Exteriores, ela depende também de outras instituições, como o Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (DIRCO, sigla em inglês), Departamento de Assuntos Exteriores (DFA, na sigla em inglês), Departamento de Defesa (DOD) e Departamento de Comércio e Indústria (DTI) para tomadas de decisões (HADEBE, 2015).

O governo Mandela foi marcado por desconfianças e disputas entre os departamentos. Uma das principais causas desses problemas foi a questão racial. Como já foi mencionado, muitos servidores do antigo regime faziam parte do regime democrático. Durante quase toda a gestão de Mandela, a maior parte dos funcionários do DIRCO eram brancos (60%), os negros somavam apenas 40%. O segundo problema que existia dentro do DIRCO era a questão de gênero, pois a maioria dos funcionários eram homens, e por fim, dentro do DIRCO também existia a questão ideológica, que provocava divisões entre os funcionários (HADEBE, 2015).

Somando-se a esse quadro, também existia um mal-estar entre os departamentos. O bom funcionamento da política externa dependia muito dos da burocracia, era necessário um bom relacionamento entre eles para que a política externa produzisse bons resultados. Mas, o relacionamento entre DIRCO, DIT e DOD não era saudável, existia um clima muito forte de desconfianças e disputas entre as partes (HADEBE, 2015).

As relações azedas entre DIRCO e DTI na África do Sul não são algo novo, eles existiam mesmo antes de 1994. Por um período de tempo o DTI tem levantado preocupações relacionadas à alocação de orçamento do governo. O DTI alega que o governo está alocando mais recursos à DIRCO (HADEBE, 2015, p. 84, tradução nossa).

O DIT, que era responsável pelas relações bilaterais e multilaterais de comércio e investimentos do país com outros Estados, também vivia um clima hostil com o DFA, por conta dos bons resultados produzidos. Já no DOD, que era um dos departamentos mais importantes

na formulação da política externa e o principal ator nas matérias relacionadas à defesa e segurança do país, sofria com diferenças de opinião em decisões muito importantes para o país. Dificilmente existia um consenso dentro do departamento, o que acabava por prejudicar o avanço de determinadas matérias (GALLAS, 2007). O autor acrescenta que “com o DoD, a divergência ocorria nas decisões sobre as áreas de segurança e comércio de armas, duas facetas importantes da diplomacia sul-africana. Nos dois campos, o DFA era com frequência marginalizado.” (IDEM, 2007, p.22).

De acordo com Fernandes (2016) às Relações Internacionais é muito importante para compreendermos as relações políticas, sociais e as causas que levam os Estados a guerrilhar. A sua contribuição é muito importante para compreensão de fenômenos (guerras, alianças, ideologias etc) que acontecem no sistema internacional. As Relações Internacionais englobam diferentes teorias de pensamentos responsáveis por surgimentos de grandes debates sobre os Estados e o sistema internacional. Por isso que o Hadebe enfatiza que:

As teorias emergem da realidade porque são moldadas por eventos e processos práticos. No entanto, eles lideram a construção da realidade, pois moldam as mentes daqueles que mudam ou reproduzem a realidade por meio de suas ações. Em relação a este estudo, as teorias são construtos úteis para melhor compreender as dinâmicas mutantes da política internacional (HADEBE, 2015, p. 42, tradução nossa).

Os pilares da política externa de Nelson Mandela se embasam muito na teoria idealista, mas tem um pouco de viés realista. Os direitos humanos, a busca de paz, utilização de meios pacíficos para resoluções dos conflitos e os princípios democráticos foram muitos destacados na política externa comandada por Mandela. Esses princípios segundo Hadebe (2015), são defendidos pela teoria idealista (direitos, liberdades individuais, democracia, manutenção da ordem internacional). Ou seja, o idealismo visa respeito pelas normas e defendem a importância dos indivíduos e órgãos internacionais, e tem uma visão otimista em relação à natureza do ser humano, entretanto, acreditam na evolução dos indivíduos.

Por outro lado, é possível observar alguns princípios da teoria realista na política externa sul africana na era Mandela. Como é sabido, um dos principais objetivos da política externa de Nelson Mandela era a integração do RAS no Continente Africano, principalmente na África Austral. Mandela queria tornar a RAS como um líder do continente, representando e defendendo os interesses de todos os países. A busca da RAS pela liderança do continente segundo Fernandes (2016), demonstram os interesses da RAS (expansão do poder) sobre a região.

5.5 As Intervenções Sul-Africana no Continente

O continente africano foi palco de diversos conflitos. Desde a chegada dos colonizadores até os dias de hoje a região sofre com sucessivos conflitos por conta de questões étnicas e ideológicas. O continente também é alvo de inúmeras intervenções externas.

Após a ascensão de Mandela e a conquista da independência por vários países africanos, o clima de guerra ainda permanecia no continente. Muitos países da região ainda estavam a passar por crises e conflitos, caso de Nigéria, República Democrática do Congo, Zimbábue, Lesoto, Burundi entre outros. Perante essa situação, o Governo Mandela com autorização da ONU e o aval dos órgãos regionais SADC e UA, interveio militarmente em alguns países da região, como Lesoto, República Democrática do Congo (RDC) e Burundi (HADEBE, 2015).

Mesmo não tendo conseguido assumir o papel de liderança no nível regional, a RAS resolveu intervir nos conflitos regionais. A intervenção militar na RDC foi realizada depois que todos os mecanismos de resolução pacífica foram utilizados. Antes de intervir militarmente na RDC Mandela propôs um acordo entre as partes que disputavam, mas não conseguiu obter sucesso.

Mandela tentou firmar um acordo de paz entre o líder Laurent Kabila e o presidente Mobutu Sese Seko, no Zaire. Após o fracasso das negociações e o golpe de Estado de Kabila, a África do Sul apoiou a decisão dos países da SADC de enviar tropas em apoio ao presidente deposto (GALLAS, 2007, p.40).

Na época, RDC passava por uma grave crise política, a ausência de acordo entre as partes envolvidas no conflito, fez com que a guerra interna ganhasse terreno, e a RAS interveio militarmente. Segundo Gallas (2007), a intervenção sul-africana foi bem sucedida, levando as partes em disputas a optar por cessar fogo e a firmar um acordo, que terminou depois do mandato de Mandela, em 2002.

No caso da Nigéria a situação foi bem diferente, porque este era o principal adversário da RAS na corrida pela vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas e na disputa pelo papel de liderança regional. Era evidente que África do Sul não apresentava condições bélicas e meios suficientes para intervir militarmente na Nigéria, mesmo estando à frente do seu maior adversário em questões militares. Nessa época, a Nigéria estava vivenciando um período muito conturbado, causado pela disputa pelo poder entre o ditador Sani Abacha e seu opositor

Moshood Abiola, que acabou com um golpe de estado que levou Sani Abacha a assumir o posto de Presidente da República. A gestão do ditador nigerino foi marcada por inúmeras violências e execução de várias pessoas, incluindo representantes dos Direitos Humanos. Diante do ocorrido, Mandela apelou à comunidade internacional por sanções contra o governo nigeriano. Em seu pronunciamento, o líder da RAS pediu para que a comunidade internacional não comprasse petróleo nigeriano, principal fonte de rendimento do país. A apelação de Mandela não surtiu efeito desejado, as super potências ocidentais continuaram a comprar o petróleo nigeriano, o que foi um duro golpe na política externa Sul-africana (HADEBE, 2015).

Assim como aconteceu na República Democrática do Congo, também houve intervenção militar no Lesoto, porém os resultados foram diferentes.

Lesoto está situado dentro do território Sul-africano e dependia muito da ajuda da RAS, mas é um país independente. O país foi campo de refúgio para ANC, durante a luta contra *apartheid*. O novo governo aumentou o contato com o Lesoto depois da transição. Lesoto também é extremamente importante para a RAS, pois possui grandes reservas de águas que abastecem cidades como Joanesburgo e Pretória. A crise no Lesoto se deu por conta dos resultados das eleições, quando o candidato derrotado contestou o resultado eleitoral, dando início a confrontos que perduraram por semanas. O candidato vencedor das eleições apelou à SADC para intervir no país, o pedido foi atendido pela RAS e Botsuana. Em 1998 os exércitos dos dois países começaram a intervenção. O intuito da operação era restabelecer a ordem e a normalidade democrática no país. Mas a operação acabou por piorar a situação do país, colocando em xeque o poderio da RAS (BRANCO, 2003).

A intervenção militar sul-africana foi um desastre. Em primeiro lugar provocou um elevado grau de destruição na capital do Lesoto, Maseru. Em segundo lugar, os sul-africanos não estavam à espera de encontrar tanta resistência, tanto mais que o exército Sotho aliou-se aos rebeldes. Em terceiro lugar, em vez de utilizar a força armada, a RAS poderia ter optado por utilizar a enorme força econômica que detinha sobre o Lesoto para obrigar as partes a negociar. Finalmente, a intervenção militar pôs a descoberto as fragilidades das novas forças armadas sul-africanas, as SANDF. Foram bem visíveis as falhas no campo logístico, com unidades militares sul-africanas a perderem-se dentro do Lesoto. Mais graves foram os casos de indisciplina e de racismo no seio das SANDF. A evidência destas fragilidades foram um duro golpe para o governo sul-africano. Os problemas demonstrados nesta intervenção, aliados aos outros problemas da política externa sul-africana, puseram claramente em causa a possibilidade do país se assumir como o líder regional (BRANCO, 2003, p.324).

Para Gallas (2007), a atuação de Botsuana e principalmente da RAS no Lesoto foram alvos de muitas críticas regionais e internacionais. O fracasso em resolver o problema no Lesoto

colocou em xeque o desejo da RAS de alcançar o posto de líder regional, representante do continente. O objetivo da operação causou mais problemas para o Lesoto, houve um aumento de pessoas mortas, as cidades ficaram completamente destruídas etc. Esses acontecimentos foram frutos da intervenção mal sucedida pelo Botsuana e principalmente a RAS. A RAS, foi muito criticada por demonstrar uma conduta sem planejamento, diferente daquilo que o país havia feito em outros conflitos.

Apesar de realizar uma operação desastrosa em Lesoto, é importante destacar que o país obteve resultados bem diferentes em outras operações. Como foi no caso de Burundi, como é explicado por Hadebe (2015), a ajuda das SANDF foi fundamental para colocar fim à guerra civil que durou quinze anos. A intervenção bem sucedida da África do Sul colocou um ponto final no conflito de Burundi. A atuação militar da RAS no continente africano, foi marcada por momentos positivos e negativos, altos e baixos, mas Mandela deixou claro que as operações da RAS na região tinham como objetivo promover paz, justiça, e segurança e direito internacional, esses são os pilares da política externa sul-africana para a região (HADEBE, 2015).

5.6 A Reaproximação da África do Sul com os EUA

A nova política externa de Mandela estava disposta a manter contatos com todos os países, por isso, adotou o princípio do universalismo. O fim da Guerra Fria, o fim da URSS, a queda do Muro de Berlim, EUA como a maior potência mundial. O mundo estava em constante transformação, era preciso acompanhar de perto essas transformações e definir as estratégias e posicionamento. Manter relações com os EUA, a maior potência mundial, era extremamente importante para a RAS. É importante frisar que os EUA não foram parceiros do ANC durante o *apartheid*, como foi a URSS, mas eles também não eram aliados dos regime racistas. Os EUA apenas defendiam seus interesses na África do Sul, sem nunca declarar apoio para umas das partes (*apartheid*, ANC), como foi o caso da antiga URSS e Cuba que declararam abertamente apoio ao ANC (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Os contatos dos EUA, com o novo governo sul-africano, se deram por iniciativas dos EUA. Washington queria reformular a sua política externa para o continente africano e, com a chegada da democracia na RAS, os EUA, desejavam aproximar-se da RAS, que era um dos países mais avançados da região (BRANCO, 2003).

Como forma de aprofundar o relacionamento com os EUA, Mandela fez uma visita a Washington. A visita resultou na criação de uma Comissão Binacional entre os dois países que

foi dirigida pelos vice-presidentes de ambos os países. Ficou acordado, que a comissão abrangia vários ministérios, dentre eles: defesa, agricultura e tecnologia (GALLAS, 2007).

Gallas (2007, p. 32) aponta que, “graças ao trabalho da Comissão, a África do Sul voltou a importar equipamentos de uso militar dos Estados Unidos, durante o processo de solução de um contencioso envolvendo a Armscor, empresa Sul-africana de armamentos.”

De acordo com Gallas (2007), a África do Sul recebeu ajuda financeira dos EUA, para ajudar no desenvolvimento do país.

Por outro lado, os EUA não queriam mais enviar suas tropas para os conflitos africanos por conta dos péssimos resultados de intervenções realizadas no passado, como foi no caso da Somália. Então, Washington decidiu apoiar a criação de um exército africano composto por tropas de todos os países do continente, para realizar intervenções na região caso fosse necessário, mas, os EUA queriam que a RAS liderasse esse exército (BRANCO, 2003).

A aproximação dos dois países foi muito importante para ambos os lados. Abriu a porta para que os EUA mantivessem a sua influência não apenas na África do Sul, mas em toda a região, uma vez que o mundo estava em constante mudança (pós Guerra Fria), e os EUA queriam manter sua influência em todos os lugares possíveis. Por outro lado, esse relacionamento era muito importante para a RAS. O país precisava de parcerias fortes, para projetar-se tanto no âmbito regional como no mundial (BRANCO, 2003).

Em um discurso proferido na Universidade de Harvard, no qual Mandela recebeu o título de Doutor Honoris Causa em 1998, ele destacou a importância que os EUA tinham para a RAS. Na ocasião, Mandela ressaltou que,

Os Estados Unidos e a África do Sul têm construído, ao longo dos quatro últimos anos, uma relação de respeito e cooperação mútuos. Como parte dessa relação, os *scholars* que se beneficiaram de estudar em Harvard devem retornar mais bem preparados para lidar com desafios locais. (Nações Unidas, 2013, tradução nossa)

5.7 A Escolha Difícil de Mandela: China ou Taiwan

Um dos maiores desafios do governo de Nelson Mandela foi a questão relacionada às duas Chinas. Como é explicado por Gallas (2007), Mandela estava numa situação muito complicada, ele foi pressionado pelo sistema internacional a se posicionar sobre o

reconhecimento de uma das duas Chinas. Mandela tinha que escolher se reconheceria a República Popular da China (RPC) ou Taiwan.

Para entendermos melhor essa situação é preciso recuar um pouco no tempo. A existência das duas Chinas se deu por conta da guerra civil chinesa, entre as forças do Mao Tsé-Tung e as de Chiang Kai Tshek. A guerra terminou com a vitória do Mao Tsé-Tung, que criou a República Popular da China no território continental. Chiang Kai Tshek refugiou-se na ilha Taiwan, reivindicando ser reconhecido como o verdadeiro governante de todo o território chinês e representante legítimo do país no cenário internacional (BRANCO, 2003).

Assim como os EUA e os seus aliados, a RAS que na altura era governado pelo *apartheid* declarou apoio e manteve relações apenas com Taiwan, recusando manter qualquer tipo de contato com a RPC. As relações entre a RAS e Taiwan tornaram-se muito fortes e Taiwan tornou-se um dos maiores parceiros comerciais da África do Sul. O apoio da RAS na era do *apartheid* a Taiwan deu-se porque o regime racista era o inimigo mortal do comunismo (GALLAS, 2007).

A chegada de Nelson Mandela ao poder mudaria por completo essa situação. A mudança do regime na RAS preocupou muito Taiwan, que mantinha contato com o antigo regime, e tinha conhecimento que o antigo regime já não governaria mais o país. Ciente desse problema, Taiwan financiou a campanha do ANC, doando cerca de dez milhões de dólares. A tentativa de apoiar o ANC, partido favorito a vencer as eleições, era uma estratégia para que o novo governo reconhecesse Taiwan, em vez da RPC (GALLAS, 2007).

Apesar disso, a comunidade internacional acreditava que o novo governo liderado por Nelson Mandela, iria mudar de posição e reconhecer a RPC, devido à influência e o poder econômico que a RPC possuía (GALLAS, 2007).

A China já surgia nos anos 1990 como um dos países de mais acelerado crescimento econômico no mundo. Além disso, tinha assento permanente e poder de veto dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Não foi esse, no entanto, o rumo adotado por Pretória (GALLAS, 2007, p.35).

Diferentemente das previsões, o Ministro das Relações Exteriores da RAS, afirmou que o país manteria relações com as duas Chinas e que os conflitos entre as duas Chinas são problemas que só dizem respeito a elas, então elas têm que resolver seus próprios problemas (GALLAS, 2007).

A RAS ficou neutra na questão relacionada às duas Chinas por cerca de dois anos e o reconhecimento de uma das duas Chinas foi decidido em 1996, “quando o Presidente Mandela

anunciou, em 27 de novembro de 1996, que a RAS deixava de reconhecer a República da China, Taiwan, e passava a estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China.” (BRANCO, 2003, p.299).

A decisão de Mandela pelo reconhecimento da RPC foi alvo de críticas por conta das políticas que a RPC tinha em relação aos Direitos Humanos. Por outro lado, a RAS necessitava de aliados fortes para desenvolvimento do país e aumento de influência em todos os cenários. Com o reconhecimento da RPC, findaram as relações de Taiwan com a RAS (GALLAS, 2007).

5.8 O Relacionamento com União Europeia, e com Países Considerados Inseguros no Sistema Internacional

Como já foi mencionado, a política externa da nova África do Sul era universalista, Mandela pretendia manter contatos com todas as nações. Apesar da busca pelo diálogo ser uma atitude louvável, o contato da RAS com certas nações considerada párias (Irão, Líbia, Zimbábue, entre outras) pela comunidade internacional colocou em xeque a política externa de Nelson Mandela, que era centralizada muito nas questões como Direitos Humanos, democracia e paz. Por isso, a RAS foi alvo de inúmeras críticas, por manter relacionamento com os Estados violadores dos Direitos Humanos e regimes ditatoriais. Muitas dessas nações que a RAS mantinha relacionamento, foram seus principais aliados na luta contra o regime *apartheid*, por isso, que os contatos com esses países foram estabelecidos durante o governo Mandela, mesmo sendo alvo de muitos questionamentos por outras nações (OLIVEIRA, 2010).

Durante seu mandato Mandela fortaleceu contato com Irã, que já mantinha relações com RAS desde a época em que vigorava o regime *apartheid*. Irã foi a principal fonte de abastecimento de Petróleo para a RAS, quando o país estava sofrendo com as sanções e Mandela resolveu aprofundar relações com Irã para manter essa relação. O contato com Irã não foi visto com bons olhos por várias nações, incluindo EUA, que consideravam Irã, patrocinadora do terrorismo mundial e violador dos Direitos Humanos (BRANCO, 2003).

As relações com Cuba, também não eram vistas com bons olhos pelos EUA. Cuba foi o país que mais ajudou a RAS na luta contra o regime *apartheid*, treinando soldados sul-africanos e enviando suas tropas para lutarem contra o domínio branco no continente. A presença de Cuba foi extremamente importante para o continente africano, sendo um dos maiores responsáveis pela derrota do exército do *apartheid* em Angola (PEREIRA, 2012).

No dia em que Mandela tomou posse, Fidel Castro foi convidado de honra, por conta da ajuda que o país deu à RAS. Esse relacionamento incomodou muito os EUA, que mantinham péssimo relacionamento com Cuba. RAS também era contra os embargos que os EUA aplicaram a Cuba, dada forte relação entre esses dois países que é o fruto de ajuda e gratidão que o governo sul-africano tem com os cubanos, por isso que a ligação entre os dois Estados eram inabaláveis (BRANCO, 2003).

A aproximação da RAS com a Líbia e o Zimbábue deu-se muito por conta do apoio que ambos os países prestaram ao ANC na luta contra o regime racista, e porque ambos os países eram africanos. RAS procurou sempre manter boa relação com seu vizinho Zimbábue, mesmo discordando da forma como o país era dirigido pelo ditador Mugabe. A relação com Zimbábue foi uma das mais criticadas e também das mais difíceis e conturbadas que a RAS teve que enfrentar (BRANCO, 2003).

As relações da RAS com União Europeia (UE) já existiam ainda no regime *apartheid*, através da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Alguns países do bloco, como Grã-Bretanha, eram parceiros econômicos do regime racista. Porém essa relação se desgastou quando a RAS começou a sofrer duras críticas, e principalmente quando as sanções econômicas foram impostas ao país (BRAGA, 2011).

Quando o processo de transição começou na RAS, a UE foi uma das primeiras instituições a relaxar parte de sanções contra a África do Sul. Antes de Mandela assumir a presidência, a UE já era um bloco econômico muito importante para a RAS, sendo responsável por quase 48% das exportações Sul-africanas. “Do ponto de vista comercial, a UE tinha uma enorme importância para a RAS, sendo, em 1993, o destino de 47.5% das exportações sul-africanas e a origem de 48.3% das suas importações” (BRANCO, 2003, p.310).

A UE era muito importante para África do Sul, o novo governo deu segmento, aprofundando ainda mais as relações entre ambos. O governo Mandela focou muito na questão econômica com o bloco (BRANCO, 2003).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mapear nesse estudo os legados da política externa sul-africana na era Mandela, no período compreendido entre 1994 a 1999, anos em que Mandela governou a África do Sul. Como foi explanado anteriormente, a RAS é um país marcado por diversos momentos conturbados, desde da era da colonização, passando do regime racista e segregacionista - o *apartheid* - até a conquista da sua jovem democracia. Antes de Mandela assumir o posto máximo do país, a RAS era governada por uma minoria branca que dirigiu o país com mãos de ferro por várias décadas, baseada em leis racistas.

Durante, a era do *apartheid* a política externa Sul-africana era isolacionista, por conta das doutrinas racistas que o governo utilizava para governar o país. A política externa começou a mudar, ainda no final do último governo racista, comandado por De Klerk, quando começou o processo de desativação do *apartheid*. Mas, a política externa sul-africana só ganhou novos contornos e se tornou pragmática quando Nelson Mandela assumiu a presidência do país.

Como é apontado por Visentini e Pereira, (2010), os primeiros passos da nova política externa da RAS, começaram no final do regime *apartheid* com seu último presidente, mas o país só começou a ser visto com bons olhos e aceito no convívio mundial, quando houve a transição democrática, momento histórico para o país que culminou com a vitória do ANC, e a eleição de Nelson Mandela como Presidente da República.

Foi na era Mandela que o país deixou de ser isolado na esfera mundial e passou a integrar os organismos internacionais e principalmente regionais. Antes de assumir as rédeas do país, Mandela já tinha definido os pilares que iriam nortear a política externa sul-africana: Direitos Humanos, a promoção da democracia, o respeito pelas normas internacionais, a paz entre as nações, o multilateralismo e a solução não-violenta de conflitos, priorizando os temas dos direitos humanos e assuntos regionais.

Mandela atuou essencialmente no continente africano, principalmente na região da África Austral, através da SADC. A nova RAS estava muito presente nos assuntos regionais, atuando em várias intervenções que África do Sul realizou na região, com autorização dos órgãos internacionais e regionais. Muitas dessas intervenções foram bem sucedidas, como nos casos da República Democrática do Congo e do Burundi. Por outro lado, RAS não obteve êxito em outras intervenções, como o caso da operação no Lesoto. Intervenções essas, que colocou em xeque a política externa comandada por Mandela, e promoveu várias críticas em virtude dos resultados incongruentes.

Quando Mandela ocupou o cargo do Presidente da República, alguns países ainda não confiavam na nova RAS, como era o caso do Zimbábue, que mesmo mantendo contato com a RAS, ainda nutria desconfiança por conta do seu passado. A transição na RAS não foi completa, pois, a sombra do *apartheid* pairava no novo regime, e desempenhava papéis fundamentais nas máquinas governamental do país. A vitória do ANC nas eleições de 1994 não foi suficiente para que o novo governo atuasse sem a presença dos antigos membros do regime *apartheid*. Por não conseguir dois terços de votos, o ANC teve que ceder uma das duas vagas de Vice-Presidente ao partido NP, que conseguiu atingir 20% de votos. Assim, velhos dirigentes do *apartheid* conseguiram se infiltrar no governo Mandela, que ficou conhecido como Unidade Nacional, não havendo ruptura completa com o antigo governo.

Por outro lado, a criação da CVR não conseguiu unir os Sul-africanos e a separação entre as raças continuou a ser um problema no governo Mandela. Esse ato atrapalhou muito a política externa da RAS, em consequência dos casos de discriminação dentro do exército (SANDF), falta de consenso no processo de tomada de decisão entre os departamentos responsáveis na formulação, e tomadas de decisões da política externa, não entendiam-se.

Contudo, Mandela apostou em uma política externa universalista, abrindo a África do Sul para manter contatos com todas as nações. Essa decisão rendeu a Mandela várias críticas, justamente, por manter relações com muitos países considerados perigosos, violadores de Direitos Humanos e ditatoriais. Muitos desses países foram aliados do ANC na luta contra o regime, o que justificava os contatos da RAS com essas nações (Cuba, Irã, Líbia, Zimbábue etc.)

Foram várias as conquistas que a nova política externa dirigida por Mandela conseguiu: além de entrar no convívio internacional, o país participou de várias comissões internacionais e regionais; os números de diplomatas aumentou; Mandela assinou e ratificou vários acordos internacionais (o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, etc.) e ampliaram-se as relações diplomáticas e comerciais do país.

A política externa sul-africana sob a gestão Mandela foi marcada por momentos bons e ruins. Foram várias conquistas importantes que Mandela deixou para o país, apesar dos erros e das muitas críticas. Contudo, o balanço foi positivo e após a saída de Mandela do poder, seu partido venceu todas as eleições realizadas na África do Sul.

7. REFERÊNCIAS

ABEGUNRIN, Olayiwola. **Nigeria and South Africa in the Global Forum**. In: African In Global Politics In The Twenty-First Century A Pan-African Perspective. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p.29-44.

ALBURQUERQUE, M. Venâncio. **Comissões da verdade do Brasil e da África do Sul: Uma Análise sob o Aspecto da Reconciliação**. João Pessoa, 2015. 67 p. (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba.

BELLINI, Priscila. Como Foi o Discurso de Nelson Mandela em Harvard. Estudarfora.Org. Disponível em: < <https://www.estudarfora.org.br/nelson-mandela-em-harvard/>> Acesso em: 29 abr. 2021.

BRAGA, Pablo Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. ISBN 978-85-7631-317-5, p. 1-333, 2011.

BRAGA, Pablo Rezende Saturnino. **DEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICA EXTERNA DE DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL**. SAT 19 | Dimensões da política externa brasileira, Brasília, 04 a 07 de agosto de 2014. p.3-20, 2014. (artigo)

BRANCO, Castelo Mexia Nunes Bernardo Luís. **A POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA: DO APARTHEID A MANDELA**. Cap. 1 a 8. P.14-324, INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA, 2003. 445 p. (Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciência Sociais, na especialidade de Política e Relações Internacionais em África) – Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira; PADILHA, Yuri Debrai. **A Diplomacia de Prestígio na África do Sul de Nelson Mandela (1994-1999)**. Revista Brasileira de Estudos Africanos, ISSN 2448-3915 | e-ISSN 2448-3923, Porto Alegre | vol.2, n.3 | p.156-176 | Jan./Jun. 2017.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira; PADILHA, Yuri, Debrai. **Os Fluxos Migratórios na África**

do Sul e Seus Impactos na África Austral (1960 – 2000). Revista Brasileira de Estudos Africanos | Porto Alegre | v. 4, n. 8, Jul./Dez. | p. 51-71, 2019.

FELIPE, Ângela, Marques. **Processo de Reconciliação na África do Sul.** CIARI - Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/textos/ciari_africa_do_sul_processo_reconciliacao.pdf>. Acessado em 5 out 2020.

FERNANDES, Vítor Ramon (2016). "**Idealismo e realismo nas Relações Internacionais: um debate ontológico**". JANUS.NET e-journal of International Relations, Universidade Autónoma de Lisboa, Vol. 7, N.º 2, p.14-27 Novembro 2016 – Abril 2017.

GALLAS, Daniel Russman. **A Política Externa da África do Sul e 1994 aos Dias de Hoje Condicionante Internos e Limites externo.** Porto Alegre, 2007. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/11396>>. Acesso em: 31 Mar. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas S.A, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social.** 6.^a ed. São Paulo: Atlas S. A, 2008.

HADEBE, Sakhile. **Shout Africa's Post-Apartheid Foreign Policy Towards Southern Africa, 1994-2014: Parther or Hegemon?** Programme in Political Science, University of Kwazulu-Natal, Pietermaritzburg, South Africa. Kwazulu-Natal, 2015. Cap. 3 a 6, p.42-144.

HOLLANDA, Cristina, Buarque. **Human rights and political transition in South Africa: the case of the Truth and Reconciliation Commission.** Brazilianpoliticalsciencereview. Rio de Janeiro, p. 8-30, 2013.

LACERDA, Tamires, Santos; CARVALHO, Rita Flávia Gomes; TEIXEIRA, Rodrigo, Corrêa. **O Apartheid na política Internacional entre 1948 e 1994.** Belo Horizonte. Vol. 12, n.3, P. 178-184, 2º sem. 2015.

Nelson Mandela at the United Nations. [S.l. s.n] 2013 1 vídeo (5:37 min). Publicado pelo canal Nações Unidas. Disponível em: <
https://www.youtube.com/watch?v=NOr4F2eNDq8&t=0s&ab_channel=Na%C3%A7%C3%B5esUnidasNa%C3%A7%C3%B5esUnidas>. Acesso em 29 abr. 2021.

OTAVIO, Anselmo. **From Mandela to Zuma: The Importance of The Southern Atlantic Region For South Africa's Foreign Policy**. Brazilian Journal of African Studies e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3915 Porto Alegre – Rio Grande do Sul - Brasil | v.2, n.3 | p.169-189 | Jan./Jun. 2017.

OTAVIO, Anselmo. **Por uma Nova Inserção Regional: O Legado de Mandela na Política Externa da África do Sul**. Brazilian Journal of International Relations. ISSN 2237 – 7743, Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil , Vol.4, 2015.

OTAVIO, Anselmo. **QUANDO A PACIFICAÇÃO SE TRANSFORMA EM PRIORIDADE: A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DA ÁFRICA DO SUL NO CONTINENTE AFRICANO WHEN PACIFICATION IS TRANSFORMED IN PRIORITY: PERFORMANCES OF SOUTH AFRICAN ARMED FORCES IN THE AFRICAN CONTINENT**. Porto Alegre – Rio Grande do Sul - Brasil. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 8 (3), 2017.

PASSOS, Lázaro André De Oliveira. **APARTHEID UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA POLÍTICA DO APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL**. Brasília, 2004. 69 p. (bacharel em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília.

PEREIRA, Analúcia, Danilevicz. **2. A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada. (1910-1994) / 35**. In Paulo Gilberto Fagundes Visentini (org.). África do Sul: História, Estado e Sociedade. Brasília: Fernando Piccinini Schmitt, 2010. pp.35-64.

PEREIRA, Analúcia, Danilevicz. **A Revolução Sul – Africana** São Paulo: UNESP, 2012.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; VISENTINI, Paulo Fagundes. **1. O Sul da África: das origens à “descolonização branca” (até 1910) / 17**. In Paulo Gilberto Fagundes Visentini (org.). África do Sul: História, Estado e Sociedade. Brasília: Fernando Piccinini Schmitt, 2010. pp.17-34.

RIZZI, Kamilla Raquel; SCHUTZ, Nathaly Xavier. Política Externa da Nova África do Sul: Reinserção e Afirmação Regional. In: **ÁFRICA: Diferentes visões de sua importância estratégica**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais | e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| Rio Grande do Sul

|vol.3, n.5, p. 181-201, Jan-Jun. 2014

STENGEL, R. **Os Caminhos de Mandela Lições de Vida, Amor e Coragem**. Tradução Douglas Kim. São Paulo: Globo S.A, 2010.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; PEREIRA Analúcia Danilevicz. **3 A Nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-210) / 65**. In Paulo Gilberto Fagundes Visentini (org.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: Fernando Piccinini Schmitt, 2010.pp. 65-95.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia. Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Rio de Janeiro: Vozes Ltda: 2012.